

 M 2014

**U. PORTO**  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

# **A UTILIZAÇÃO DA CDU PARA A PESQUISA DE INFORMAÇÃO**

## **ESTUDOS DE CASO EM DUAS BIBLIOTECAS PORTUGUESAS**

**ANA HELENA SALGADO DA SILVA**  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA  
À FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM  
ÁREA CIENTÍFICA

# **A UTILIZAÇÃO DA CDU PARA A PESQUISA DE INFORMAÇÃO**

## **ESTUDOS DE CASO EM DUAS BIBLIOTECAS PORTUGUESAS**

**ANA HELENA SALGADO DA SILVA**  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA  
À FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM  
ÁREA CIENTÍFICA

Aprovada em provas públicas pelo júri:

Presidente: Prof. Doutor António Manuel Lucas Soares

Professor Associado da Faculdade de Engenharia - Universidade do Porto

Vogal externo: Prof. Doutora Maria da Graça de Melo Simões

Professora Auxiliar Convidada da Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra

Orientadora: Professora Doutora Cândida Fernanda Antunes Ribeiro

Professora Catedrática da Faculdade de Letras – Universidade do Porto

15 de Julho de 2014

*Dedico este trabalho aos meus pais, como agradecimento pelas oportunidades que me proporcionaram e pelo incentivo que me deram em querer saber sempre mais.*

*Ao meu irmão que sempre acreditou em mim.*

*Ao meu namorado, que mesmo estando longe durante parte do Mestrado, sempre me apoiou e deu palavras de alento para continuar a lutar pelo meu futuro.*

## **Agradecimentos**

Ao longo do curso de Mestrado de Ciência da Informação (MCI) houve momentos em que a motivação era maior e outros em que era menor. Para ultrapassar essas fases menos positivas, pude contar sempre com o apoio de diversas pessoas que fizeram com que a força de vontade fosse maior para superar certas barreiras.

Deste modo, o meu especial agradecimento aos meus pais e ao meu irmão porque sem eles a concretização do Mestrado não era possível.

O meu agradecimento ao meu namorado e à sua família que me deram sempre força para continuar e vencer os obstáculos.

Não posso deixar de parte um especial agradecimento à professora Doutora Fernanda Ribeiro pelo seu incansável apoio e indispensável orientação e motivação na condução desta investigação. A sua ajuda foi fundamental e a sua disponibilidade foi sempre de louvar.

Um sentido e merecido agradecimento ao Dr. João Leite da Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e ao Dr. Hilário Pereira da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco pela disponibilidade demonstrada no decurso da investigação.

Finalmente, deixo também um especial agradecimento à minha colega de curso, Cristiana Coelho por estes dois anos de trabalho conjunto e acima de tudo pelos grandes momentos que juntas passámos, à minha prima Andreia pelo apoio, conselho e revisão sintática e semântica do texto e a todos os meus amigos pelas suas palavras de incentivo e motivação.

## Resumo

Os principais objetivos desta investigação passam por avaliar a utilidade da Classificação Decimal Universal (CDU) nas bibliotecas portuguesas com vista à recuperação da informação por assuntos, analisar o uso que é feito da CDU, identificar problemas na sua utilização como linguagem de recuperação da informação e propor soluções para os problemas identificados.

Este trabalho apresenta um estudo feito em duas bibliotecas portuguesas, uma pública (Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco – BMCCB) e outra universitária (Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – BCFLUP) e tem como propósito observar, analisar e descrever o comportamento dos utilizadores da BMCCB e da BCFLUP diante da representação temática, através da Classificação Decimal Universal, que é utilizada como ferramenta de recuperação da informação. Procurou-se perceber em que medida o utilizador manifesta, ou não, dificuldade de compreensão da simbologia utilizada pelas bibliotecas no processo de representação do conhecimento, aquando do processo de pesquisa de informação.

A metodologia utilizada neste trabalho de investigação teve no polo técnico do Método Quadripolar o seu enfoque maior, uma vez que só recorrendo a técnicas de recolha de dados (observação participante, entrevistas e análise de conteúdo) foi possível atingir os objetivos inicialmente propostos.

**Palavras-chave:** Classificação Decimal Universal; Organização do Conhecimento; Classificação; Recuperação da Informação; Catálogos Sistemáticos

## **Abstract**

The main objectives of this research are to evaluate the usefulness of the Universal Decimal Classification (UDC) in Portuguese libraries for the information retrieval by subject, to analyze the use made of the UDC, to identify problems in their use as language information retrieval and to propose solutions to the problems identified.

This dissertation presents a study in two Portuguese libraries, one of them a public library (Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco - BMCCB) and another one, an academic library (Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - BCFLUP) and aims to observe, analyze and describe the users of BMCCB and BCFLUP behavior in face of subject representation, through the Universal Decimal Classification, which is used as a tool for information retrieval. We sought to understand the extent to which the user expresses, or not, difficulty in understanding the symbology used by libraries in the process of knowledge representation, when the process of searching for information.

The methodology used in this research had in the technical of pole of quadripolar method its main focus, since only using techniques of data collection (participant observation, interviews and content analysis) it was possible to achieve the objectives initially proposed.

**Keywords:** Universal Decimal Classification; Knowledge Organization; Classification; Information Retrieval; Systematic Catalogues

# Sumário

Índice de gráficos .....	9
Índice de tabelas.....	10
Índice de tabelas.....	10
Lista de abreviaturas e siglas .....	11
Introdução.....	12
Objeto de estudo e objetivos .....	13
Método e estrutura da dissertação .....	13
1.    Enquadramento teórico e problematização .....	16
1.1.    Organização do conhecimento .....	16
1.2.    Indexar e Classificar: a classificação como linguagem de indexação.....	23
2.    Classificações.....	28
2.1.    Classificações enumerativas .....	28
2.2.    Classificações facetadas .....	31
2.3.    Classificações mistas: a Classificação Decimal Universal .....	33
2.4.    O uso da Classificação Decimal Universal nas bibliotecas portuguesas .....	37
2.4.1.    A construção de catálogos sistemáticos .....	38
2.4.2.    A arrumação sistemática dos documentos.....	42
3.    Estudo empírico: conceção e desenvolvimento .....	44
3.1.    Apresentação do problema de estudo .....	44
3.2.    Questões metodológicas .....	44
3.2.1.    Instrumentos de recolha de dados.....	45
3.2.1.1.    A análise de conteúdo.....	46
3.2.1.2.    A entrevista.....	47
3.2.1.3.    A observação participante .....	49

3.3. As pesquisas com recurso à CDU no contexto da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco e da Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	50
3.3.1. Caraterização da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.....	50
3.3.2. Caraterização da Biblioteca Central da FLUP.....	54
3.4. Desenvolvimento.....	57
4. Resultados do estudo empírico.....	58
4.1. Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.....	59
4.2. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.....	64
5. Análise e interpretação dos resultados.....	69
Conclusões e perspetivas de desenvolvimento.....	73
Referências bibliográficas.....	75
Anexos.....	79
Anexo 1 – Guião das entrevistas.....	80
Anexo 2 – Observação direta participante na BCFLUP.....	82
Anexo 3 – Observação direta participante na BMCCB.....	86

## Índice de gráficos

Gráfico 1- Pesquisas por índice em janeiro de 2014 na BCFLUP .....	60
Gráfico 2 - Pesquisas por índice em fevereiro de 2014 na BCFLUP .....	61
Gráfico 3 - Pesquisas por índice em março de 2014 na BCFLUP .....	63
Gráfico 5 - Pesquisas por índice em abril de 2014 na BCFLUP .....	64
Gráfico 6 - Pesquisas por índice em janeiro de 2014 na BMCCB .....	65
Gráfico 7 - Pesquisas por índice em fevereiro de 2014 na BMCCB.....	66
Gráfico 8 - Pesquisas por índice em março de 2014 na BMCCB .....	67
Gráfico 9 - Pesquisas por índice em abril de 2014 na BMCCB .....	68

## Índice de tabelas

Tabela 1 - Número de utilizadores que conhecem e não conhecem a CDU .....	58
Tabela 2- Total de pesquisas por índice referentes ao mês de janeiro de 2014 na BCFLUP .....	59
Tabela 4 - Total de pesquisas por índice referentes ao mês de fevereiro de 2014 na BCFLUP .	60
Tabela 5 - Total de pesquisas por índice referentes ao mês de março de 2014 na BCFLUP .....	62
Tabela 6 - Total de pesquisas por índice referentes ao mês de abril de 2014 na BCFLUP .....	63
Tabela 7 - Total de pesquisas por índice referentes ao mês de janeiro de 2014 na BMCCB.....	65
Tabela 8 - Total de pesquisas por índice referentes ao mês de fevereiro de 2014 na BMCCB ...	66
Tabela 9 - Total de pesquisas por índice referentes ao mês de março de 2014 na BMCCB .....	67
Tabela 10 - Total de pesquisas por índice referentes ao mês de abril de 2014 na BMCCB .....	68

## **Lista de abreviaturas e siglas**

BAD – Bibliotecários, Arquivistas, Documentalistas

BCFLUP – Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

BMCCB – Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

CC – Classificação Colon

CDD – Classificação Decimal de Dewey

CDU – Classificação Decimal Universal

CI – Ciência da Informação

FID – International Federation for Information and Documentation

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

GIB – Gestão Integrada de Bibliotecas

ISBN – International Standard Book Number

ISSN – International Standard Serials Number

LC – Linguagem Controlada

LN – Linguagem Natural

MARC – Machine Readable Cataloging

MCI – Mestrado em Ciência da Informação

MRF – Master Reference File

OPAC – Online Public Access Catalog

PMEST – Personality, Material, Energy, Space, Time

## Introdução

As classificações bibliográficas integram-se nas linguagens categoriais e são quadros conceituais para a organização do conhecimento, ou seja, são estruturas de organização do conhecimento, tanto para a organização física como para a organização abstrata, lógica e sistemática das ideias, que servem de base para construir catálogos. Apareceram no início do século XIX e, desde cedo, se impuseram como as principais estruturas de organização do conhecimento. Até meados do século XX eram encaradas como instrumentos facilitadores da organização do pensamento, mas esta situação alterou-se com o surgimento das novas tecnologias (Simões, 2010: 35).

Para que uma biblioteca, ou qualquer outro centro de documentação seja considerado útil e funcional, é necessário que o material aí existente esteja devidamente classificado, ordenado e arrumado. A posição/localização de um documento no seio de um serviço de informação não depende do critério cronológico, da sua forma material ou formato mas sim de um princípio lógico, pelo que os documentos se dispõem nas estantes, armários ou gavetas segundo uma sistematização. Assim, a notação está duplamente relacionada com o documento a que se aplica: pelo assunto de que ele trata, o que lhe dá uma significação, e pela posição deste no espaço físico, que se traduz pelos símbolos utilizados para indicar o assunto (Azevedo, 1980: 46).

A Classificação Decimal Universal (CDU) é o fruto de uma revisão e expansão do sistema decimal de Melvil Dewey. Foi elaborada em Bruxelas a partir de 1895 por Paul Otlet e Henri La Fontaine que, com a permissão de Melvil Dewey, traduziram o seu esquema classificatório, inserindo algumas modificações com a finalidade de normalizar a classificação universalmente. A primeira edição completa foi publicada entre 1905 e 1907, com o título *Manuel du Répertoire Bibliographique Universel*, possuindo 33.000 subdivisões. Desde então, tem sofrido atualizações, modificações, ampliações, existindo edições sucintas, médias e completas em diversos idiomas (Melro, s.d.).

A CDU tem três aspetos fundamentais: é uma classificação porque agrupa as ideias de acordo com conceitos afins; é universal porque procura abarcar a totalidade do conhecimento; é decimal, pois a totalidade dos conhecimentos é dividida em dez classes, que se subdividem decimal e sucessivamente pela adição de cifras decimais (Peixoto, 1962: 67, 68). A primeira referência e aplicação da Classificação Decimal em Portugal data de 1898 e ficou a dever-se ao advogado Eduardo Alves de Sá na *Bibliographia juridica portugalisensis*. Defensor entusiasta da Classificação de Melvil Dewey, afirmou que a CDU era científica,

rigorosa, adaptável a todos os trabalhos e explicou depois o modo de adquirir e usar tabelas (Peixoto, 1962: 77).

Inúmeras bibliotecas portuguesas afetam muito do tempo e do esforço dos seus técnicos à indexação por assuntos com recurso à CDU. Partindo da hipótese empírica de que os utilizadores desconhecem a CDU e as suas potencialidades para a recuperação da informação, seria importante avaliar o uso que é feito da CDU nas bibliotecas portuguesas (definindo uma amostra válida) com vista à recuperação da informação por assuntos, para se demonstrar se o investimento que é feito na sua aplicação tem uma justificação real e efetiva.

## **Objeto de estudo e objetivos**

O objeto de estudo deste trabalho de investigação científica é avaliar a utilidade da CDU nas bibliotecas portuguesas com vista à recuperação da informação por assuntos. A melhor forma de começar um trabalho de investigação consiste em enunciar o projeto sob a forma de uma pergunta de partida. A pergunta de partida servirá de fio condutor da investigação.

A questão inicial da investigação foi expressa com a seguinte formulação:

**Será que o investimento técnico, humano e financeiro que é feito pelas bibliotecas portuguesas para a adoção da CDU tem o correspondente benefício nos resultados da recuperação da informação e na satisfação dos utilizadores?**

Para responder à questão que esteve na origem do estudo, enumerou-se um conjunto de objetivos que conferisse algumas coordenadas logo no início da investigação. Os objetivos propostos são os que se apresentam de seguida:

- Analisar o uso que é feito da CDU nas bibliotecas portuguesas;
- Identificar problemas no uso da CDU como linguagem de recuperação da informação;
- Propor soluções para os problemas identificados.

## **Método e estrutura da dissertação**

O objetivo deste estudo é avaliar a utilidade da CDU nas bibliotecas portuguesas com vista à recuperação da informação por assuntos. Depois de analisar e comparar os diversos instrumentos de investigação em Ciências Sociais enveredou-se pela aplicação de um instrumento de observação direta e de entrevistas de modo a se obterem resultados mais consistentes. O estudo foi realizado em duas instituições: a Biblioteca Municipal Camilo

Castelo Branco (BMCCB) e a Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (BCFLUP).

Como instrumento de recolha de dados foi realizada a observação direta uma vez que “(...) os métodos de observação directa constituem os únicos métodos de investigação social que captam os comportamentos no momento em que eles se produzem em si mesmos, sem a mediação de um documento ou de um testemunhos” (Quivy e Campenhoudt, 2005: 196).

Optámos pela utilização de entrevistas porque “ (...) os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interacção humana. Correctamente valorizados, estes processos permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados. Ao contrário do inquérito por questionário, os métodos de entrevista caracterizam-se por um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores e por uma fraca directividade por parte daquele” e porque “(...) a entrevista é, antes de mais, primeiro um método de recolha de informações, no sentido mais rico da expressão, o espírito teórico do investigador deve, no entanto, permanecer continuamente atento, de modo que as suas intervenções tragam elementos de análise tão fecundos quanto possível” (Quivy e Campenhoudt, 2005: 191, 192).

As várias fases da componente metodológica serão desenvolvidas e serão descritas no seguimento do trabalho. A abordagem metodológica parte de um enquadramento teórico e problematização do objeto de estudo, procurando essencialmente delimitar o âmbito da investigação e apresentando informação relevante de suporte, recolhida através de pesquisa e análise de fontes bibliográficas.

Da conjugação destas duas grandes fases, apresentam-se os resultados, produz-se opinião fundamentada e retiram-se conclusões.

Para dar cumprimento aos propósitos acima mencionados, este estudo está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, com o propósito de se contextualizarem as classificações bibliográficas, foram eleitos alguns conceitos intrínsecos à teoria geral da classificação e foi feita a revisão da literatura. Neste capítulo privilegia-se a noção de classificação, matéria que se considera imprescindível neste estudo. Este tema foi abordado, principalmente no que diz respeito aos princípios lógicos que lhe estão subjacentes.

O segundo capítulo ocupa-se da análise ao objeto de estudo, ou seja, à utilização da CDU para a pesquisa de informação nas bibliotecas portuguesas.

No terceiro capítulo é feita a análise quantitativa e qualitativa de pesquisas com recurso à CDU e são apresentados os resultados obtidos a partir do estudo realizado na

BMCCB e na BCFLUP e no quarto capítulo são apresentados os resultados do estudo empírico. No quinto capítulo é realizada a análise e interpretação dos mesmos.

Com o objetivo de entender a forma como a CDU se integra e utiliza para a pesquisa de informação nas bibliotecas portuguesas, apresentam-se as conclusões que deste modo se constituem como uma análise minuciosa em que é possível avaliar a sua utilidade.

# 1. Enquadramento teórico e problematização

## 1.1. Organização do conhecimento

O homem sentiu desde cedo a necessidade de organizar o conhecimento e de elaborar classificações, que servissem como instrumentos de referência na organização do mesmo (Simões, 2011: 87).

Muitos exemplos podem ser mencionados como ilustrativos da prática milenar de elaboração de representações descritivas da informação ou de esquemas lógicos concebidos para suportar a organização física ou intelectual das espécies documentais. No entanto, importa compreender o que mudou ao longo dos tempos, numa perspetiva epistemológica. (Ribeiro, 2005).

As classificações são os instrumentos mais antigos de organização do conhecimento utilizados pelas bibliotecas. As primeiras tentativas para organizar os acervos remontam ao século XVI, mas só se consolidam no século XIX, com o desenvolvimento da Ciência e a sua organização de acordo com sistemas estruturados, assim como com as possibilidades oferecidas pela tipografia industrial que, ao possibilitar o desenvolvimento da imprensa e da atividade editorial levaram ao crescimento das coleções das bibliotecas. As grandes classificações universais são importantes instrumentos de organização e representação dos conteúdos temáticos dos documentos existentes nas bibliotecas (Santos, 2007).

Durante a Antiguidade, na maior parte dos casos, a organização do conhecimento acontecia sem ter por base planos de classificação (Simões, 2011: 91).

É nas culturas clássicas, cerca de 370 a.C., na Grécia e em Roma, que surge a primeira informação sobre a organização do conhecimento. Foi na obra *Naturalis Historia* de Plínio, uma obra de tipo enciclopédico, que se encontraram as primeiras tentativas de classificação. Com este autor, a estrutura da organização do conhecimento evidenciou, embora de forma incipiente, uma das peculiaridades que a caracterizaria até aos dias de hoje, a organização sistemática (Simões, 2011: 91, 92).

Na Antiguidade clássica, a organização do conhecimento traduzia uma preocupação de natureza empírica. Nela se enfatizavam os conteúdos de natureza prática, dando especial atenção aos temas relacionados com a Geografia, a Medicina e a História (Simões, 2011; 92).

No que respeita à organização do conhecimento, a Idade Média foi um período marcado por dois aspetos:

- pela compilação do conhecimento em resumos e pelas *Summae* (comentários abreviados e ordenados que clarificavam um texto);
- pela organização do conhecimento, em geral, segundo o *Trivium* e o *Quadrivium*, que naquele período funcionavam como uma espécie de classificação (Simões, 2011: 93).

Nesta época, a organização do conhecimento era reflexo de uma mentalidade teocêntrica. Podemos situá-la em duas fases diferentes: a primeira, que equivale à Alta Idade Média, foi dominada pela obra de Santo Agostinho (354-430), em particular pela *De Doctrina Christiana*, que teve uma intervenção considerável na cultura cristã medieval (Simões, 2011: 93). Ainda dentro da orientação cristã medieval, a par desta obra, existiam outras muito prestigiadas, dada a sua grande disseminação e importância, pois eram encaradas como obras essenciais para muitos estudiosos e eruditos (Simões, 2011: 94).

Todas as obras inseridas no movimento escolástico, publicadas após Isidoro de Sevilha, encontravam-se imbuídas do espírito do tempo. Destas fazem parte um conjunto de obras enciclopédicas que foi organizado na segunda metade do século X, sob a proteção de Constantino VII (Simões, 2011: 94).

A segunda fase diz respeito à Baixa Idade Média. Convém mencionar que muitas das atividades que foram desenvolvidas nesta época serviram como fundamento ao novo movimento emergente, o Renascimento (Simões, 2011: 95).

Relativamente à organização do conhecimento, notabilizam-se as *Summae*, que eram comentários sucintos e ordenados destinados a clarificar um texto. Este género de literatura caracterizava-se por grandes resumos que pretendiam explicar a totalidade do saber (Simões, 2011: 95).

Nos séculos XII e XIII, quando começaram a emergir na Europa Ocidental as primeiras universidades, aparecem também, em paralelo, as grandes obras de índole enciclopédico, cuja finalidade era apoiar o ensino universitário (Simões, 2011: 95).

A obra *Speculum Majus* foi o principal resumo usado na Idade Média. Tal como a obra *Eruditionis Didascalía* de Hugo de S. Vitor, ambicionava também abranger todo o conhecimento (Simões, 2011: 96).

Na organização do conhecimento na Idade Média salientam-se principalmente três pontos:

1. Uma conceção curricular, onde eram privilegiados os conteúdos e as questões pedagógicas. Este modelo de educação e ensino baseava-se principalmente no

*Trivium* e no *Quadrivium*, sistema que se impôs sobretudo nas Universidades medievais;

2. Uma estrutura hierárquica, na qual cada disciplina tinha um lugar e uma função preestabelecidos, com base numa fundamentação teológica;
3. Características próprias do modelo de uma compilação (Simões, 2011: 96).

A organização do conhecimento na Idade Média caracterizava-se também pela funcionalidade. Se na Época Clássica se organizava o conhecimento com a finalidade de preservar e conservar as memórias do Mundo Antigo, na Idade Média a organização do conhecimento tinha como principal objetivo garantir a moral e a religiosidade do Homem medieval. Para assegurar este intento, a sua organização assentava na sapiência que, na maior parte dos casos, não ia além da compilação dos textos dos autores antigos. Se por um lado este modelo apresentava a vantagem de preservar os autores clássicos, por outro apresentava a desvantagem de o conhecimento se manter estagnado, não registando as alterações e inovações, que se iam apurando à medida que o tempo passava (Simões, 2011: 97).

Se na Idade Média a organização do saber se encontrava ao serviço de Deus e da Igreja, na Idade Moderna passou a estar ao serviço do Homem. Para tal, deixou de se adotar uma atitude teocêntrica e passou a assumir-se uma atitude antropocêntrica (Simões, 2011: 97).

O Homem moderno tinha interesses de índole prática e natural. A Escolástica, que se impôs nas Universidades medievais e outras estruturas institucionais de ensino, ligada principalmente às Sagradas Escrituras e aos Padres da Igreja, foi, no século XVI, substituída pelas obras dos autores clássicos e pelas de novos autores que vinculavam o seu conhecimento à Razão e à Fé (Simões, 2011: 98).

O inédito e o diferente eram privilegiados e emergiam de uma forma devastadora e vertiginosa. O conhecimento era, na maior parte dos casos, produto das descobertas portuguesas e espanholas (Simões, 2011: 98).

Surge pela primeira vez o culto da curiosidade científica fundamentada no valor e na capacidade de interpretação do Homem (Simões, 2011: 98).

Rabelais introduziu no século XVI o termo *Enciclopédia* nas línguas nacionais (Simões, 2011: 98).

O Homem renascentista pretendia dominar a totalidade do conhecimento. Para tal, tentava abranger todo o conhecimento possível, isto é, o saber já consolidado dos clássicos e

árabes e os novos saberes que iam surgindo de uma forma rápida mas ainda desordenada (Simões, 2011: 98).

Nos séculos XV e XVI observou-se uma organização do conhecimento que, apesar de abundante, era pouco rigorosa. O Homem sentia-se perdido devido ao volume excessivo e à grande diversidade de conhecimento produzido, não conseguindo descobrir critérios uniformes para o organizar (Simões, 2011: 98).

Como mencionado anteriormente, foi a partir do século XVI que surgiram as primeiras tentativas de classificar as ciências, fundamentadas em critérios de natureza sistemática e científica. Fala-se, portanto, em classificação do conhecimento e não em classificação das ciências pelo facto de nos períodos mencionados a ciência ainda não ter atingido o sentido que adquiriu a partir do século XVII. Apesar desta situação, verificou-se nos períodos examinados a tentativa de se elaborarem planos para sistematizar o conhecimento.

Nesta tentativa de organização do conhecimento evidenciam-se os humanistas italianos: Domenico Bandini (1335-1418) com a obra *Fons memorabilium universi* e Giorgio Valla (1430-1500) com *De expetendis et fugiendis rebus*. Observa-se nestas obras a compilação de um conjunto de diversas áreas do conhecimento entre as quais se destacam a Filosofia, a Física, a Metafísica, a Música, a Astrologia, a Política, a Moral, a Medicina, entre outras (Simões, 2011: 99).

Em 1531 surge a obra *Tradentis disciplinis* do humanista e pedagogo espanhol Juan Luís Vives (1492-1540) que embora apresente os conhecimentos desordenados, à semelhança das obras de outros humanistas, se assume como uma das mais importantes no que diz respeito ao enciclopedismo renascentista (Simões, 2011: 99).

No século XVII novos elementos epistemológicos e metodológicos foram introduzidos na organização do conhecimento, os quais auxiliaram a sua nova estruturação. Através de critérios rigorosos e racionais procedeu-se a uma *classificação* dos saberes (Simões, 2011: 100).

Ao dogmatismo metafísico tendente a uma hierarquia de saberes elaborada segundo bases teológicas e que caracterizou a “sistematização” na Idade Média sobrepõe-se agora uma *sistematização* fundamentada em critérios lógicos, racionais e metodológicos, contudo, hierarquizada (Simões, 2011: 100).

Também no século XVII se observou o interesse em sistematizar o saber, por parte de alguns filósofos tal como Johann Heirich Alsted (1588-1638) e Juan Amós Coménio (1592-

1670) (Simões, 2011: 100). Estes autores tentaram organizar o conhecimento que se encontrava disperso, isto é, unificar o conhecimento existente, preservando, contudo, a especificidade de cada ramo desse mesmo saber. Neste tipo de organização do conhecimento, as preocupações estavam indiretamente relacionadas com a sua centralização, isto porque aquele se encontrava fragmentado, umas vezes de forma implícita, outras de forma explícita. Assim, assistiu-se a um empreendimento por parte de alguns autores, determinado a diminuir as barreiras entre os ramos do saber. O objetivo era aproximar os saberes pelas suas relações semânticas, preconizando a interdisciplinaridade (Simões, 2011: 101).

O Renascimento viu-se confrontado com uma grande quantidade de informação avulsa, para a qual teve dificuldade de elaborar técnicas e esquemas de classificação. O século XVII caracteriza-se essencialmente pelas experiências e estudos realizados para uma possível construção de um modelo de classificação do conhecimento (Simões, 2011: 102).

O século XVIII traz consigo a afirmação e consolidação de dois aspetos que já tinham sido introduzidos na centúria anterior no que concerne à organização do conhecimento: a consolidação e a valorização das línguas individuais do mundo científico e filosófico em detrimento do latim, algo que ajuda a uma maior divulgação do conhecimento universal, no sentido em que este tipo de obras começa a ser consultado por todos aqueles que sabem ler a sua língua e não por um pequeno grupo de eruditos; a adoção das línguas individuais também ajuda a que a produção científica e académica se desagregue do poder e da produção eclesiástica, que também utilizava o latim. Assiste-se deste modo à afirmação e consolidação da ordem alfabética em detrimento da organização disciplinar do conhecimento, critério que havia sido usado até então (Simões, 2011: 102).

O novo modelo de organização do conhecimento vai ao encontro da mentalidade e da sensibilidade deste século (Simões, 2011: 102).

A introdução da ordem alfabética auxiliou no acesso mais rápido e linear à informação e veio mostrar que esta nova ordem contribuiu para a desestruturação do mundo disciplinar que se tinha estabelecido e consolidado na Idade Média e que chegou até à Idade Moderna estabelecendo uma ordem sagrada do mundo cognitivo (Simões, 2011: 102, 103).

Assim, a organização do conhecimento teve de se adaptar às novas realidades dos quadros mentais. Para tal, a apresentação sistemática por assuntos é rejeitada em relação à apresentação por ordem alfabética (Simões, 2011: 103).

Nos séculos XIX e XX continuou a tendência de organizar o conhecimento universal e de o publicar em grandes obras enciclopédicas ou em forma de verbetes, os quais se encontravam organizados por ordem alfabética. Grande parte das obras de tipo enciclopédico

cumpria um plano prévio, no qual se encontravam desenhados os conteúdos que iriam compor a obra, assim como a ordem que estes adotariam (Simões, 2011: 105).

Foi no século XIX que se elaboraram as primeiras classificações bibliográficas de tipo enciclopédico (Simões, 2011: 106).

Ao longo da história da organização do conhecimento, deparamo-nos com o facto de que a sistematização esteve sempre presente nas preocupações culturais e científicas. Ou seja, assistiu-se à construção de sistemas que consistem na disposição de forma estruturada dos elementos constituintes, com o objetivo de se formar um todo organizado. Os elementos que compõem esta estrutura são interdependentes na sua formação e respeitam um critério único, de aplicação metódica, como um todo (Simões, 2011: 107).

O processo de produção e conservação da informação teve sempre associados os procedimentos de organização e representação, requisitos essenciais para potenciar a utilização recorrente dessa mesma informação. As práticas empíricas associadas à produção, tratamento, uso e armazenamento da informação foram-se complicando, tornando-se objeto de reflexão e de estudo (Ribeiro, 2005).

A componente tecnicista que, tradicionalmente, tem estado na base das operações de organização e recuperação da informação, deve ser questionada face ao novo paradigma científico, que inclui estas operações num método de abordagem holístico e que não reduz a técnica ao fim único e restrito de garantir o acesso à informação (Ribeiro, 2005).

Segundo Fernanda Ribeiro (2005) as práticas empíricas de organização da informação têm estado sempre relacionadas com o respetivo processo de produção e armazenamento, pois só assim se tornava exequível a recuperação e o uso recorrente da própria informação. Afirma ainda que a reflexão sobre estas práticas e o desenvolvimento disciplinar em torno delas são criações recentes, quando equiparadas com a história milenar do processo informacional.

É evidente o surgimento de formas cada vez mais complexas de organização e tratamento da informação. A aplicação de uma lógica categorial à organização dos suportes em que a informação é registada é a fase mais incipiente de um processo que está cheio de técnicas e tecnologias. Nos primitivos sistemas de informação, a separação física das espécies conforme o seu formato, tipo de suporte, tipologia informacional, conteúdo, estabeleceu a forma principal de organização da informação, associada a locais de armazenamento e de instalação, diferentes conforme as características físicas das mesmas espécies. Mas, para além da organização material, que por si só já auxiliava na localização dos documentos, a necessidade do acesso aos conteúdos motivou o aparecimento de outros processos essenciais

na recuperação da informação. Desde cedo que os sistemas organizados começaram a conceber formas de representação da informação que serviam como meios de acesso e prevaleciam sobre a pesquisa direta sobre as próprias espécies materiais. Os catálogos, os inventários, as listas de referências ordenadas, isto é, todos os tipos de índices se constituem como “instrumentos de acesso à informação”. Estes são representações da informação que se assumem como mediadores entre o pesquisador e a informação que é procurada (Ribeiro, 2005).

Fernanda Ribeiro (2005) afirma que, a partir de finais do século XVIII e ao longo do século seguinte, se assistiu à preocupação relacionada com a elaboração de instrumentos de acesso à informação e com critérios a seguir para esse efeito.

Hjørland (2008) esclarece que, em sentido lato, a organização do conhecimento é feita em atividades tais como a descrição de documentos, indexação e classificação realizadas em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, arquivos e outros tipos de “instituições de memória”, desenvolvidas pelos bibliotecários, arquivistas e outros especialistas em informação. Refere ainda que a Ciência da Informação (CI) é a disciplina central da organização do conhecimento.

Formas de classificar as abordagens sobre a organização do conhecimento foram sugeridas por Broughton, Hansson, Hjørland e López-Huertas (2005):

1. A abordagem tradicional sobre organização do conhecimento expressa pelos sistemas de classificação utilizados em bibliotecas e bases de dados, incluindo a Classificação Decimal de Dewey (CDD), a Classificação da Biblioteca do Congresso e a Classificação Decimal Universal (CDU);
2. A abordagem por facetas fundada por Ranganathan em cerca de 1933 e posteriormente desenvolvida pelo britânico Classification Research Group;
3. A tradição de recuperação da informação fundada na década de 1950;
4. Visualizações cognitivas orientadas para o utilizador, que ganharam influência na década de 70;
5. Abordagens bibliométricas seguintes à construção de Garfield's do Science Citation Index em 1963;
6. Abordagem de domínio analítico;
7. Outras abordagens (Hjørland, 2008: 87, 88).

Em suma, na tentativa de organizar o conhecimento materializado nos fundos documentais das bibliotecas, foram desenvolvidos diversos sistemas com o intuito de criar uma estrutura que facilitasse a disposição e arrumação física dos documentos assim como a

representação dos assuntos neles contidos em expressões formais que pudessem ser fácil e rapidamente apreendidas e interpretadas na recuperação (Santos, 2007).

## **1.2. Indexar e Classificar: a classificação como linguagem de indexação**

Indexar é, antes de mais, um processo intelectual que se traduz na análise e representação dos conceitos extraídos do conteúdo de um documento. Os objetivos gerais no processo de indexar e classificar coincidem, na medida em que a representação e a recuperação constituem o objetivo principal dos referidos processos. Para dar cumprimento a este objetivo, as duas operações sustentam-se em linguagens documentais (Simões, 2011: 61).

Segundo afirma González (2004), *apud* Simões “*clasificación e indización tienen en común pertenecer a los sistemas de los lenguajes documentales, que intervienen en el procesamiento efectuado para el análisis de contenido y que producen puntos de entrada o acceso al contenido de los documentos*” (Simões, 2011: 62).

É através das linguagens documentais que estas operações concretizam o objetivo principal – representar o conteúdo dos documentos, dando forma aos conceitos, através de termos de indexação, os quais irão ser usados no processo de recuperação da informação (Simões, 2011: 62).

As linguagens de classificação, assim como as de indexação, são meios para indicar o conteúdo dos documentos e constituem pontos de acesso para a sua posterior recuperação (Díez, 1999: 14).

As coleções de documentos são, por norma, arrumadas segundo uma ordem classificada. (Langridge, 1977: 110).

Para que uma biblioteca, ou qualquer outro centro de documentação seja considerado válido, é imprescindível que o material aí existente esteja devidamente classificado, ordenado e arrumado, isto é, os exemplares devem estar catalogados segundo um sistema previamente estabelecido. Já na Idade Média se realizava a distinção das obras por assuntos: Teologia, Jurisprudência, Ciências, Artes, Belas-Artes, História e as variações efetuavam-se segundo as necessidades de cada biblioteca (Azevedo, 1980: 46).

Os esquemas classificativos clássicos assentam no princípio da divisão lógica, formulado desde a Antiguidade por Aristóteles e, depois, retomado por outros filósofos e cientistas, como o foi o caso de Francis Bacon, que desenvolveu a famosa classificação das

ciências, no século XVII, ou Leibniz e Comte que também deram contributos importantes no domínio da classificação (Ribeiro, 2013: 529).

As classificações, usadas para fins de organização de informação, remontam ao tempo das civilizações pré-clássicas, e tinham como objetivo a arrumação/ordenação física dos suportes documentais e o agrupamento intelectual dos conteúdos ou a sua representação meta-informacional em função de determinados critérios, com a finalidade de permitirem localizar documentos e/ou informação. Nos verbetes dedicados à classificação do *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*, dirigido por Serge Cacaly (1997) e do *Diccionario enciclopédico de Ciencias de la Documentación*, editado por José López Yepes (2004) é traçada a sua evolução temporal e estrutural de onde se pode concluir que foi a partir do século XIX, com Jacques-Charles Brunet, que se pode falar verdadeiramente em classificações bibliográficas – *dans le domaine bibliographique, c'est Brunet qui en 1804 instaure la première classification importante* (Ribeiro, 2013: 529) – e que a partir de finais dessa centúria irão surgir as grandes classificações enciclopédicas (enumerativas e, mais tarde, facetadas) com aplicação generalizada nas bibliotecas e centros de documentação, ao longo do século XX (Ribeiro, 2013: 529).

Buchanan (1979) define classificar como “*the acte of grouping like things together. All the members of a group – or class – produced by classification share at least one characteristic which members of other classes do not possess*”.

Para Vickery (1975), esta operação consiste em: “[...] *putting together things or ideas that are alike, and keeping separate those that are different*”.

Através destas definições podemos concluir que este processo consiste na identificação de objetos particulares com um grupo de objetos que possuem características homogéneas, ao mesmo tempo que os identifica individualmente como parte constitutiva desse grupo. Pode afirmar-se assim que esta operação se traduz na ordenação dos objetos sob uma mesma perspetiva concetual (Simões, 2011: 30).

Os procedimentos de organização e representação foram sempre essenciais pois são fulcrais no processo de recuperação da informação. Ao propiciarem uma organização sistematizada do conhecimento, as classificações auxiliam para uma localização mais rápida por parte do utilizador (Simões, 2011: 74).

Hjørland (2007), *apud* Mazzocchi, Fluvio [et al.], afirma que a classificação é a ordenação dos objetos em classes com base em algumas propriedades. A descrição dos objetos é um reflexo da coisa descrita. A seleção de propriedades dos objetos a serem classificados deve refletir o efeito da classificação. Não há forma ‘neutra’ ou ‘objetiva’ para

selecionar as propriedades para classificar, porque qualquer escolha facilita certo tipo de uso, limitando outro. Qualquer dado de classificação será sempre um reflexo de uma determinada visão ou abordagem dos objetos que estão a ser classificados (Mazzocchi, Fluvio [et al.], 2007: 205).

O principal objetivo de qualquer classificação é servir para classificar. A organização das entidades físicas e abstratas em sistemas, de modo a estabelecerem quadros mentais, menções que nos permitam orientar sem perturbação e distorção no mundo envolvente é a sua finalidade (Simões, 2011: 73).

Segundo Olga Pombo, citada por Simões, as classificações são “(...) *pontos estáveis que nos impedem de rodopiar sem solo, perdidos no desconforto do inominável, da ausência de “idades” ou “geografias”. Só elas nos permitem orientar-nos no mundo à nossa volta (...)*” (Simões, 2011: 74).

A classificação transfigura impressões sensoriais isoladas e incoerentes em objetos compreensíveis. Patrick Meredith, citado por Langridge, afirmou que “*grande parte da arte de aprender consiste em regularizar hábitos pessoais de classificação*”. Já o filósofo americano John Dewey também citado por Langridge determina que “*conhecimento é classificação*”. Esta afirmação demonstra o papel significativo da classificação (Langridge, 1977: 11).

Assim, foram conferidas às classificações, durante séculos, características essencialmente empíricas que fizeram com que estas se fossem moldando e desenvolvendo de acordo com as necessidades da sociedade (Simões, 2011: 74).

Ao propiciarem uma organização sistematizada do conhecimento, as classificações auxiliam para uma localização mais rápida por parte do utilizador (Simões, 2011: 74).

No que diz respeito à sua estrutura geral, as classificações são constituídas por conjuntos de entidades que, por sua vez, estabelecem sistemas conceitualmente unitários e amplos, declarando-se desta forma numa lista de conceitos organizados de forma sistemática (Simões, 2011: 74).

No que concerne à estrutura de uma classificação, em geral, associamos-lhe a ideia de hierarquia que se expressa na divisão sucessiva dos objetos subordinados uns aos outros, de acordo com critérios determinados *a priori* (Simões, 2011: 76).

A estrutura hierárquica que caracteriza as classificações pode ser um sistema mono-hierárquico ou poli-hierárquico. Ambos são observados nas classificações bibliográficas. A estrutura mono-hierárquica é característica das primeiras classificações do tipo enciclopédico,

como a CDD e a CDU. Outras classificações, como a Classificação de Bliss e a Classificação Colon (CC), ostentam uma estrutura poli-hierárquica (Simões, 2011: 76).

A classificação pode ser encarada como uma operação mental natural, executada diariamente por qualquer ser humano. No nosso dia a dia classificamos livros, fotografias, acessórios, pessoas, entre muitas outras coisas, sem necessitarmos de recorrer a linguagens de classificação. A classificação envolve uma ordenação. Segundo Sebastião de Sousa, *apud* Melro “(...) a classificação é o processo de reunir coisas, ideias ou seres, em grupos, de acordo com o seu grau de semelhança, ou, como diz a Edição Padrão Internacional em Língua Portuguesa, é «um meio de introduzir ordem numa multiplicidade de conceitos, ideias, informações, organizando-as em classes, isto é, em grupos de coisas que têm algo em comum” (Melro, s.d.).

Na CI, o objetivo da classificação é o de ordenar e reunir os documentos segundo o seu assunto. Numa biblioteca é indispensável classificar documentos e para que tal suceda é essencial criar um sistema para não se limitar apenas à ordenação e arrumação dos documentos, mas também para recuperar a informação. O sistema deverá ser eficaz para que o utilizador possa aceder de forma rápida ao documento que deseja consultar ou a um conjunto de documentos que trata do mesmo assunto (Melro, s.d.).

Como afirma M. Mann (1962), citado por Melro “*Reunir os livros semelhantes – os livros devem ser agrupados de maneira que um possa ser usado em relação ao outro. Quem desejar saber o que há numa biblioteca sobre certo assunto pode escolher, entre muitos livros, os que melhor correspondem às suas necessidades. O mesmo se dá com o bibliotecário de referência que deve poder ir às estantes e encontrar juntos todos os livros sobre o mesmo assunto. Aproximar os livros correlatos – se nas estantes, todo o livro for colocado na posição relativa ao seu assunto, ele ficará naturalmente, na proximidade dos livros a ele correlatos. Deste modo, um assunto leva ao outro, os temas relacionados que pertencem a uma mesma grande classe ficam reunidos e o leitor é conduzido de um assunto para outro que lhe ficar mais próximo*” (Melro, s.d.).

A ordenação por assuntos é fulcral. Como menciona Gil Urdiciain (2004) a primeira finalidade de uma classificação é a organização do conhecimento numa ordem sistemática. Deve ser encarada como uma linguagem documental que esclarece o ato de classificar. Classificar obriga a uma abordagem e a uma análise ao documento, a determinação do tema ou assunto principal, a atribuição da notação respetiva à classe selecionada conforme as regras da classificação utilizada e a fixação de aspetos formais secundários do documento. Se

a classificação for bem realizada vai servir como uma boa base para auxiliar o utilizador, direcionando-o para a categoria ou assunto que este pretende (Melro, s.d.).

Para Gil Urdiciain (2004) é importante facilitar a descrição do conteúdo conceitual de um documento e a construção de um índice que represente cada assunto que consiste na ordenação dos livros no fundo documental (nas estantes correspondentes), de acordo com um dado sistema de classificação. Este procedimento permite o agrupamento de todos os documentos sobre um mesmo tema ou conforme as suas características similares. Para tal, é fulcral a escolha de uma linguagem classificatória que represente de forma abreviada o assunto do documento (Melro, s.d.).

Classificar livros é agrupá-los em classes, outorgando-lhes um lugar na estante de acordo com o sistema em vigor na biblioteca. Bernard Palmer (1953), *apud* Lentino afirma que o bibliotecário, no seu trabalho diário utiliza a classificação em três campos diferentes:

1. Como método proveitoso de reunir livros nas estantes;
2. Como base para a organização sistemática do conhecimento, em catálogos e bibliografias;
3. Como disciplina do serviço de referência, tornando o bibliotecário capaz de encontrar o assunto solicitado pelo utilizador (Lentino, 1971: 5).

A função de um sistema de classificação é servir como uma estrutura conceitual na qual são identificadas as relações entre os conceitos. É importante reconhecer que cada esquema de classificação é uma representação objetiva de um ponto de vista subjetivo – a dos seus construtores humanos, que compartilham as perspetivas e ideologias dessas populações com as quais se identificam. Assim, quase todo o esquema de classificação pode ser interpretado como sendo tendencioso em alguns aspetos (Furner, 2007).

## **2. Classificações**

### **2.1. Classificações enumerativas**

Dentro das classificações enciclopédicas, as classificações enumerativas são as mais antigas. Assumem-se como os sistemas bibliográficos mais tradicionais. Nasceram de uma necessidade prática, que se consubstancializou na ordenação dos livros nas estantes dentro de grandes classes de assuntos (Simões, 2011: 157).

Tal como o nome indica, este tipo de classificações enumera todas as matérias. Cada classe deve, assim, enumerar todos os assuntos da matéria que representa. Em teoria, existe uma autonomia semântica das diferentes classes (Simões, 2011: 157).

No que diz respeito ao conteúdo, as classificações podem ser enciclopédicas, quando abrangem todas as áreas do conhecimento, ou especializadas quando envolvem uma área peculiar dele (Simões, 2011: 157).

As classificações enumerativas têm por base os seguintes fundamentos e apresentam as características que se seguem:

- uma estrutura mono-hierárquica em que as classes atendem a um princípio de dependência lógica, e nas quais os conteúdos mais específicos se encontram compreendidos em conteúdos mais gerais. Nestes sistemas, de uma maneira geral, a notação está dependente hierarquicamente da notação que a precede, encontrando-se subordinada a ela. Esta hierarquia revela-se ao longo das classes e subclasses. Dentro das classes, as notações aparecem sob uma ordem decrescente, isto é, do geral para o particular;
- o conhecimento está dividido, apresentando todas as matérias e as suas subdivisões de forma sistemática em classes e subclasses;
- tabelas extensas e exaustivas que contêm, em teoria, todas as matérias passíveis de serem classificadas na prática, seja numa classificação enciclopédica ou numa classificação especializada;
- notações, usualmente puras, numéricas e simples, que possibilitam a representação do analítico. Existem também sistemas deste tipo que apresentam notações alfanuméricas, como é o caso da Classificação da Biblioteca do Congresso. A notação destes sistemas é, na maior parte dos casos, hierárquica e, geralmente, expressa a própria estrutura do esquema da classificação;

- unidimensionais, ou seja, um assunto apenas pode ser perspectivado sob um ponto de vista, não dando margem para representar os diversos aspetos sob o qual é estudado por um determinado autor;
- são sistemas elaborados, por norma, *a priori*, em que as notações que os constituem são determinadas independentemente dos documentos;
- são linguagens consideradas apenas analíticas, na medida em que não possuem funcionalidades para representar matérias que num documento se encontram perspectivadas em diversos aspetos e ainda menos quando são assuntos compostos ou complexos. Esta situação acontece pelo facto de as classes que compõem os sistemas enumerativos terem uma distribuição monolítica, o que concorre para que não seja possível efetivar, na maior parte dos casos, a síntese, como nas classificações mistas e facetadas;
- são por norma de tipo enciclopédico (Simões, 2011: 157, 158).

Vejam, de seguida, alguns exemplos de classificações enumerativas.

A CDD é o sistema de estrutura enumerativa que maior impacto teve nas bibliotecas do mundo ocidental. Foi criada por Melvil Dewey (1851-1931) que era bibliotecário na Amherst College Library (Simões, 2011: 158).

A primeira edição da CDD surgiu em 1876 com o título *A Classification and subject index for cataloging and arranging the books and pamphlets of a library*, publicada desconhecidamente (Lentino, 1971: 58). Esta classificação foi aquela que mais se difundiu por todo o mundo e foi a mais utilizada no mundo ocidental, algo que ainda hoje se mantém (Simões, 2011: 159).

Melvil Dewey (1851-1931) publicou a primeira edição do seu esquema de classificação em 1876. O sistema está agora na sua 22<sup>a</sup> edição (Mitchell [et al.], 2003, *apud* Furner), tendo atingido uma posição incontestável como o esquema mais conhecido e amplamente utilizado no mundo. A estrutura básica do esquema de Dewey permaneceu estável ao longo dos anos. A capacidade do sistema, permitindo a divisão das dez classes principais numa centena de divisões e potencialmente em milhares de secções, o método de organizar as classes hierarquicamente, a ordem geral das classes; a correspondência das principais classes para as disciplinas académicas, a notação decimal, o índice de matérias abrangidas e, mais importante ainda, os princípios gerais subjacentes estavam todos eles presentes na primeira edição. Também firmemente estabelecida nesta altura, é considerada como um sistema de apoio a atribuição de livros impressos para as classes individuais, de modo a que os livros possam ser dispostos numa ordem linear em prateleiras ou num catálogo. Já no tempo da

segunda edição de 1885, o princípio do número tinha sido formalizado (Comaromi, 1976, *apud* Furner). Este princípio permitia aos classificadores a atribuição de códigos de classificação que não foram explicitamente listados no esquema, mas que poderiam ser "construídos", seguindo as instruções dadas (Furner, 2007: 155).

A segunda edição foi publicada em 1885, com o título *Decimal classification and relative index* (Simões, 2011: 159).

Depois da primeira edição, composta por 42 páginas, surgiram 17 edições sucessivas. Só depois da 16ª edição surge o nome de Dewey no título, isto é, Classificação Decimal de Dewey (Lentino, 1971: 58).

Dewey foi influenciado pelo sistema de William Torrey Harris (1835-1909) que este elaborou para a St. Louis Public School Library. Este sistema sofreu influência direta do de Francis Bacon. Harris utilizou este sistema de forma inversa. Com base neste sistema, dividiu o conhecimento em dez classes principais, sendo cada uma organizada num número variável de divisões. Esta divisão que fez do conhecimento espelha, no seu conjunto, a divisão que dele se fazia nos finais do século XIX. Foram estas características que o sistema de Dewey herdou da classificação de Harris (Simões, 2011: 159).

O sistema foi aceite de forma rápida e entrou nos diversos campos do conhecimento, talvez pela simplicidade da sua notação e pelo seu carácter decimal que possibilita a larga expansão e fácil entendimento por parte dos utilizadores. Em 1926 a CDD era utilizada em 14.000 bibliotecas. A notação era simples, flexível, mnemónica, por utilizar algarismos árabes na sequência decimal (Lentino, 1971: 59).

A sua disseminação mundial deve-se ao facto de o Instituto Internacional de Bibliografia, em 1885, ter tido a necessidade de escolher um sistema para compilar um repertório bibliográfico universal. Esta situação conduziu à adoção deste sistema para a criação da CDU. A partir de 1930, as fichas impressas da Biblioteca do Congresso, passaram a registar as notações da CDD (Simões, 2011: 159).

Dewey elaborou o seu sistema dotando-o de nove classes temáticas específicas (de 1 a 9) e conferindo o zero à classe das generalidades. Apesar de ter sido concebido com a finalidade de responder às necessidades de ordem prática (arrumar por assunto os fundos bibliográficos da Biblioteca do Amherst College), este sistema teve uma base científica, ao contrário da Biblioteca do Congresso. Assim, a Classificação de Dewey caracteriza-se por ser uma classificação sistemática, com base científica (Simões, 2011: 160).

## 2.2. Classificações facetadas

Na Biblioteconomia, a ideia de se atribuir uma classificação aos assuntos segundo as suas diversas facetas foi seguida e defendida por Ranganathan, levando-o a elaborar uma classificação por facetas – *Colon classification* (Simões, 2011: 75). A CC, também denominada *Classificação dos dois pontos*, foi concebida pelo filósofo e matemático Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972) (Simões, 2011: 240).

Pela necessidade de introduzir o livre acesso na Biblioteca da Universidade de Madras onde trabalhava, Ranganathan estudou os diversos sistemas de classificação existentes. Observou as limitações de cada um e as suas vantagens, com o objetivo de criar um novo sistema. Terminado este estudo, concluiu que os sistemas existentes se caracterizavam, na sua maioria, pela inflexibilidade no que diz respeito à respetiva estrutura. Assim, decidiu elaborar um novo sistema fundamentado na flexibilidade das suas notações. Essa elasticidade traduzia-se essencialmente no uso dos dois pontos (Simões, 2011: 241).

Ranganathan baseou-se na teoria de classificação de Bliss, como a localização alternativa, a utilização de notações breves e concisas e a utilização de uma notação mista (alfanumérica). Ranganathan mantinha correspondência com Bliss, que era mentor de uma classificação de tipo facetado, que veio a ser publicada em 1935 com o título *A system of bibliographic classification* (Simões, 2011: 241).

A primeira edição da CC é datada de 1933 e nela se expressa a principal teoria de Ranganathan (Simões, 2011: 241).

Através da criação em 1948 do *Classification Research Group*, em Londres, a classificação por facetas passou a ser aplicada a campos do conhecimento especializados. Para esta situação contribuiu o princípio base da sua filosofia, segundo o qual um assunto pode ser analisado sob cinco categorias: PMEST – *Personality, Material, Energy, Space, Time* (Simões, 2011: 241).

Para muitos autores, a CC é considerada como uma reflexão e um exercício teórico e académico. Nesta classificação verificam-se algumas linhas de continuidade, assim como a divisão do conhecimento em classes e a organização do conhecimento dito tradicional (Simões, 2011: 241, 242).

De uma maneira geral, pode-se afirmar que a sua aplicação prática como sistema de classificação se circunscreveu, de uma forma geral, ao Oriente, principalmente à Índia. Esta situação deve-se nomeadamente a questões relacionadas com a mentalidade e cultura. Contudo, este sistema foi e continua a ser muito importante tanto na Europa como nos

Estados Unidos visto assumir-se como modelo estruturante do conhecimento. A sua influência verifica-se não só na construção de outras linguagens de tipo categorial, mas também na construção de outros tipos de instrumentos da linguagem combinatória, como tesouros, principalmente no desenvolvimento da parte facetada (Simões, 2011: 242).

Foram feitos estudos para formular uma teoria sobre classificações facetadas, em particular, nas discussões sobre a CC pelo Classification Research Group (1951) e por vários autores como Ranganathan (1951, 1957, 1967), Thomas Daniel Wilson (1972), Clare Beghtol (2008), Francis Miksa (1992, 1998) e Kathryn La Barre (2006). Noutros estudos, procurou-se colocar o papel de Ranganathan no desenvolvimento da “teoria da primeira classificação” num contexto histórico, comparando a CC com a CDU (Smiraglia e Van der Heuvel, 2011, *apud* Heuvel, 2012: 448).

Segundo Vickery (1963), citado por Simões, uma classificação por facetas é “(...) *une table des termes normalisés qu’il est possible d’utiliser dans une description des documents suivant les matières qu’ils contiennent. Ces termes sont d’abord groupés en domaines homogènes (...) Dans chacun des domaines, les termes sont divisés en groupes connus sous le nom de “facettes” et à l’intérieur de chaque facette ils peuvent être classes hiérarchiquement. Les facettes sont énumérées dans le schema suivant un ordre determine (...) Cet ordre de combinaison permet de mettre en évidence l’ordre des relations qui existent entre les différents termes.*” (Simões, 2011: 239).

De uma maneira geral, pode dizer-se que as classificações facetadas são aquelas que se fundamentam na análise e decomposição de uma matéria. Para uma matéria ser classificada com base neste sistema, a matéria-objeto de classificação tem de se dissociar nas suas partes componentes para, numa outra fase, através de dispositivos que são apropriados desta classificação, se voltarem a unir. Se por um lado, este processo permite conservar a autonomia de cada matéria, por outro garante ao classificador uma certa autonomia para classificar o assunto. Assim, pode concluir-se que ao contrário das classificações enumerativas, que repartem os assuntos pelas suas classes de forma exaustiva e, em muitos casos as fixam, as classificações facetadas dão liberdade ao classificador para elaborar as notações nas situações que se fundamentem (Simões, 2011: 239).

Segundo Foskett, *apud* Simões, em relação à autonomia do classificador na Classificação Colon “*One of the other Basic ideas behind CC is that of “autonomy for the classifier” (...) Ranganathan has tried to go one stage further: to give the individual classifier the means to construct class numbers for new foci which will be in accordance*

*with those that the central organization will allow by means of a set of devices or rules of universal applicability* (Simões, 2011: 240).

As classificações facetadas apresentam as seguintes características:

- uma estrutura poli-hierárquica, em que cada categoria pode aplicar-se a um conjunto de caracteres;
- elevado nível de flexibilidade, que lhe é conferido, pela sua estrutura flexível;
- não exibem tabelas extensas e exaustivas, pelo facto de, através dos seus dispositivos, se poderem classificar diversos assuntos, sem a necessidade de estarem elencados de forma exaustiva;
- apresentam notações mistas, constituídas por números e letras. Devido a estas características, estas apresentam grande flexibilidade;
- são multidimensionais, isto é, um assunto pode ser perspectivado sob diversos pontos de vista permitindo assim, a sua representação sob os vários aspetos, de acordo com a ótica do autor (Simões, 2011: 240).

### **2.3. Classificações mistas: a Classificação Decimal Universal**

No que concerne às classificações mistas estas apresentam características próprias das classificações enumerativas, mas em simultâneo congregam um conjunto de dispositivos que se formalizam nas tabelas auxiliares e que são próprios das classificações facetadas. O sistema bibliográfico mais conhecido é a CDU (Simões, 2011: 177).

A CDU insere-se, portanto, nos sistemas de classificação considerados mistos (Simões, 2011: 177).

A CDU é o fruto de uma revisão e expansão do sistema decimal de Melvil Dewey e teve por base a 5.<sup>a</sup> edição da CDD. Nasceu com o objetivo de ordenar a compilação de um relatório universal de bibliografia, ideia que surgiu na primeira Conferência Internacional de Bibliografia, em Bruxelas, em 1895 (Simões, 2008: 21). Foi elaborada por Paul Otlet e por Henri La Fontaine que, com a permissão de Melvil Dewey, traduziram o seu esquema classificatório, inserindo algumas modificações com a finalidade de normalizar a classificação universalmente (Melro, s.d.). A primeira edição completa foi publicada entre 1905 e 1907, com o título *Manuel du Répertoire Bibliographique Universel*, possuindo 33.000 subdivisões. Desde então, tem sofrido atualizações, modificações, ampliações, existindo edições abreviadas, médias e desenvolvidas em diversos idiomas (Melro, s.d.).

A CDU é uma linguagem classificatória codificada de forma alfanumérica que pretende descrever sinteticamente o conteúdo dos documentos e que a cada notação numérica faz corresponder um conceito abrangente (Azevedo, s.d.: 60).

Sebastião de Sousa (2010) define a CDU como uma “*linguagem de indexação e de recuperação de todo o conhecimento registado e na qual cada assunto é simbolizado por um código baseado nos números arábicos*”. Este abarcar de todo o conhecimento é uma enorme vantagem para as bibliotecas uma vez que trabalham com diversas áreas do saber.

A CDU é o sistema de classificação mais divulgado na Europa e nos países em desenvolvimento não anglófonos formados na tradição europeia de Biblioteconomia. É usada para a organização de grandes coleções, assim como para a sua inventariação em catálogos para pesquisa dos assuntos representados nessas coleções (Simões, 2008: 22).

Segundo a UDC Consortium, a CDU é o esquema de classificação multilingue mais importante do mundo para todos os campos do conhecimento e para uma indexação sofisticada, assim como uma ferramenta de recuperação. É um sistema de classificação altamente flexível para todos os tipos de informação em qualquer meio.

Devido à sua disposição hierárquica lógica é adequada para a organização física das coleções, bem como um excelente instrumento de navegação e pesquisa. A CDU está estruturada de tal modo que os novos desenvolvimentos e novos campos de conhecimento podem ser facilmente incorporados. O código em si é independente de qualquer linguagem ou escrita em particular e as descrições de cada classe têm sido traduzidas para diversas línguas (UDC Consortium, s.d.). É utilizada em todo o mundo e foi publicada em mais de quarenta línguas diferentes. É usada em serviços bibliográficos, centros de documentação e bibliotecas em cerca de 130 países em todo o mundo (UDC Consortium, s.d.).

Em Portugal, a primeira referência à aplicação da CDU data de 1898 e ficou a dever-se ao advogado Eduardo Alves de Sá, que a usou na *Bibliographia juridica portugalensis*. Defensor entusiasta da Classificação de Melvil Dewey, Eduardo Alves de Sá afirmou que a CDU era científica, rigorosa, adaptável a todos os trabalhos e explicou depois a forma de adquirir e usar as tabelas. Otlet escreveu a desejar um feliz resultado na campanha de divulgação que Alves de Sá iniciava em Portugal. Em 1950 foi criada no Centro de Documentação Científica, a Comissão Portuguesa da Classificação Decimal Universal. Em 1954 foi publicada, pelo Centro de Documentação Científica, a edição abreviada portuguesa, edição preliminar, para crítica, da CDU, em cujas *Palavras prévias*, se explica a CDU, bem como se fornecem notas históricas. Em 1957 fez-se nova tiragem da edição abreviada, que incluiu o suplemento dos *Números auxiliares de lugar de Portugal*. (Peixoto, 1962: 77,78).

Gil Urdiciain (2004) afirma que a CDU é uma classificação sistemática que apresenta uma sucessão de conceitos ordenados por relações essenciais. Trata-se de um sistema misto pois enumera o conhecimento em dez grandes grupos que se chamam tabelas principais, podendo combinar-se todos os temas contidos neste conjunto hierárquico com uma série de subdivisões auxiliares, comuns e especiais, o que torna possível qualquer formação de conceitos. Seguindo o princípio de subordinação lógica, cada um dos agrupamentos de conceitos que compõe as classes principais organiza-se em dez outras subdivisões, acrescentando sucessivamente um número à direita à medida que o assunto que representa desce um nível hierárquico. Para Gil Urdiciain outra característica deste sistema de classificação é que serve de princípio decimal para a sua estruturação, de forma que ao tratar os números como se fossem frações decimais, o sistema consegue notações extremamente concisas compostas somente por números (só excepcionalmente se utilizam letras). Isto constitui uma vantagem para a univocidade absoluta dos números em qualquer idioma.

Através da afirmação de Gil Urdiciain, podemos concluir que a CDU é uma classificação decimal que organiza o conhecimento em dez classes, que apresenta uma sequência de conceitos ordenados por relações essenciais (Melro, s.d.).

A CDU é constituída por uma tabela principal e tabelas auxiliares. A tabela principal contém todos os assuntos da classificação, enumerados hierarquicamente nas supraditas dez classes. As divisões principais são:

- 0- Generalidades. Ciência e conhecimento. Organização. Informação. Documentação. Biblioteconomia. Instituições. Publicações.
- 1- Filosofia. Psicologia.
- 2- Religião. Teologia.
- 3- Ciências sociais. Estatística. Política. Economia. Comércio. Direito. Administração pública. Forças armadas. Assistência Social. Seguros. Educação. Etnologia.
- 4- [Classe atualmente não utilizada].
- 5- Matemática e Ciências Naturais.
- 6- Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia.
- 7- Arte. Recreação. Entretenimento. Desporto.
- 8- Língua. Linguística. Literatura.
- 9- Geografia. Biografia. História (Portugal, 2005: 7-34).

A CDU subdivide os assuntos pormenorizadamente e, utilizando as tabelas auxiliares, possibilita uma maior minuciosidade de combinações para os documentos a classificar (Melro, s.d.). É também um sistema de recuperação de informação que tem como finalidade

garantir o acesso à informação, mediante uma classificação racional dos documentos e, simultaneamente, possibilita que a sua notação principal possa ser utilizada para colocação física dos documentos. Da mesma forma, facilita a sua recuperação física na estante por parte do utilizador sem precisar da intervenção do bibliotecário nem do catálogo (Melro, s.d.).

A CDU é uma linguagem documental que se integra nas linguagens de tipo categorial, pelo facto de o conhecimento se encontrar dividido em grandes categorias epistemológicas (Simões, 2008: 22).

Dentro da tipologia dos sistemas de classificação, é uma classificação enciclopédica, uma vez que abarca todos os ramos do saber. Relativamente à estrutura, é um sistema misto: a sua natureza apresenta características de uma classificação enumerativa, pelo facto de elencar todas as matérias e as suas subdivisões de forma sistemática em classes e subclasses. Contudo, como incorpora na sua estrutura tabelas auxiliares (uma espécie de facetas), que são compostas por um conjunto de dispositivos que lhe permitem ir mais além do que representar apenas o aspeto analítico dos assuntos, estas tabelas permitem-lhe também representar o sintético. Esta circunstância concorre para que se classifique a CDU dentro dos sistemas mistos (Simões, 2008: 22, 23).

À CDU subjaz um grande princípio – a organização do conhecimento – que se manifesta na arrumação em grandes sistemas de matérias. É uma linguagem construída *a priori*, ou seja, as notações para os assuntos foram estabelecidas e fixadas, independentemente da análise dos documentos. Os dígitos que constituem a notação são também inalteráveis dentro desse mesmo código e a sua inversão resultaria na representação de um assunto distinto. A CDU é ainda uma linguagem normalizada. Este fundamento prende-se com o facto de, ao longo da sua história, estar sempre presente a preocupação da sua elaboração, desenvolvimento e difusão serem efetuados de acordo com instruções emanadas de organismos de normalização internacionais, tais como a International Federation for Information and Documentation (FID) e, atualmente, a UDC Consortium (Simões, 2008: 23, 25).

Como já foi referido, a CDU apresenta uma estrutura hierárquica, na qual as classes obedecem a um princípio de dependência lógica, em que os conteúdos mais específicos se encontram compreendidos dentro dos conteúdos mais gerais. Herdou ainda do sistema de Dewey a linguagem decimal e a linguagem universal que permitiram a sua larga difusão e consolidação no mundo ocidental. Tal circunstância fez com que fosse considerada uma linguagem supralinguística (Simões, 2008: 25, 27). A CDU é na sua essência um sistema enumerativo. Contudo, observam-se também com frequência rasgos estruturais atribuídos às

classificações facetadas. Assim, conclui-se que a CDU é um sistema semi-facetado (Simões, 2008: 29).

Nos últimos anos, a CDU tem sofrido mudanças significativas ao nível de consistência e uniformidade na modelagem do seu conteúdo. Cordeiro e Slavic (2002) identificaram a necessidade de modelos robustos, não só para a representação de dados, mas também para apoiar a estrutura semântica e lamentaram a falta de padrões universais para isso (Broughton, 2010: 270).

Outro trabalho no Master Reference File (MRF) (Slavic, Cordeiro e Reisthuis, 2007, *apud* Broughton) mostra o quão importante é a consistência da estrutura e a gestão eficiente das bases de dados de classificação. É evidente que a aplicação da análise por facetas para o esquema de classificação tem algumas vantagens em termos de estrutura, facilitando a gestão e clarificando as relações semânticas entre as classes (Broughton, 2010: 270).

Alguns dos principais trabalhos sobre a racionalização da CDU começaram em meados da década de 90, quando foram feitos esforços para melhorar a estrutura facetada implícita da classificação e para torná-la mais lógica e estruturalmente coerente. A CDU foi utilizada durante muitos anos como ponto de partida para a construção de vocabulários de indexação (Marosi, 1969, *apud* Broughton) e a sua aplicação continua a ser objeto de muita investigação (Reisthuis e Bleidung 1990; Francu, 2004, *apud* Broughton). Um dos objetivos do plano de 1990 para a grande revisão da CDU foi a criação de mais exemplos (Williamson, 1996, *apud* Broughton). Existem vantagens evidentes de uma classificação concetualmente bem estruturada, isto é, a identificação clara de relações permite um certo grau de manipulação mecânica do processo e o valor de uma classificação facetada a este respeito tem sido reconhecido (Aitchison, 1986, *apud* Broughton). Os mesmos atributos do esquema facetado também facilitam as estruturas de navegação automática do vocabulário. Assim, todo o trabalho de melhoria da CDU alcança progressos consideráveis para este fim (Broughton, 2010: 271, 275).

#### **2.4. O uso da Classificação Decimal Universal nas bibliotecas portuguesas**

A CDU é o sistema de classificação mais frequente para a indexação e recuperação por assunto em sistemas de informação bibliográfica. Em Portugal, o sistema foi introduzido a partir dos anos 50 do século passado, quando apareceram as primeiras edições abreviadas em português (preliminar, em 1954, e definitiva em 1961), passando a ser utilizada no *Boletim de Bibliografia Portuguesa* e conhecendo um uso generalizado em bibliotecas gerais

de investigação até meados da década de 70. Com a informatização das bibliotecas e o lançamento da PORBASE no final dos anos 80 a CDU conheceu um novo ímpeto de utilização em Portugal tendo sido adotada como a linguagem comum de recuperação por assunto para todos aqueles que cooperam no Catálogo Coletivo em Linha das Bibliotecas Portuguesas (Portugal, s.d).

#### **2.4.1. A construção de catálogos sistemáticos**

A catalogação tem sido definida de diversas formas, levando por vezes a confusões com a noção de indexação. É, porém, o processo que permite estabelecer uma relação entre a espécie bibliográfica existente num determinado acervo documental e a indicação que dela se extraiu para mais facilmente se voltar a achá-la ou identificá-la. A catalogação compreende, pois, a descrição de um documento que é objeto de uma análise pormenorizada. A indexação, por outro lado, refere-se à localização do assunto, enquanto que a catalogação descreve o documento que contém o assunto (Peixoto, 1962: 7).

A catalogação é essencial e representa seguramente uma das principais atividades que se exercem numa biblioteca, e, sem dúvida, esta operação resultará num benefício para o utilizador que tem uma necessidade de informação (Costa, 1943: 53).

A catalogação divide-se em várias fases, consoante os objetivos visados. Contudo, não poderá deixar de se considerar numa primeira fase o registo bibliográfico, de onde constam os elementos indispensáveis para uma perfeita identificação da obra. É a fase descritiva (Peixoto, 1962: 8).

Numa segunda fase, a da elaboração dos catálogos, cada um dos registos bibliográficos obtidos é disposto nos diversos catálogos, conforme os fins a que estes se destinam (catálogos de autores, de matérias, de títulos, entre outros). Ou seja, a catalogação serve para indicar que espécies bibliográficas existem num determinado acervo e pertencem a um certa série, cuja realização material é o catálogo (Peixoto, 1962: 8).

Podemos considerar os seguintes como os principais marcos da catalogação no nosso país apresentados por Peixoto (1962):

*“1796 – Por alvará de 29 de Fevereiro é criada, em Lisboa, a Real Biblioteca Pública da Corte, que iria transformar-se depois na Biblioteca Nacional de Lisboa. No regimento pelo qual a Biblioteca se regerá, caberá ao Bibliotecário Mor determinar as regras futuras, enquanto não houver o respetivo*

regimento.

1802 – Silvestre Pinheiro Ferreira escreveu *Ideias sobre a mais vantajosa organização de hum catalogo e sobre o modo de arranjar huma livraria, onde defende os catálogos: 1) pela palavra mais característica do título; 2) pelo nome dos autores; 3) o metódico, conforme o quadro das classificações científicas.*

1836 – O regulamento da Biblioteca Nacional de Lisboa (Diário do Governo, n.º 295, de 13 de dezembro) muda o nome de Biblioteca Pública de Lisboa para o de Nacional. Sem grande interesse para a catalogação.

1864 – Novo regulamento da B. N. L. (Diário do Governo, n.º 2, de 4 de Janeiro, p. 9). Igualmente sem grande interesse para a catalogação. A B. N. L. terá 3 repartições: 1) De ciências e artes; 2) De história; 3) De manuscritos e numismática.

1888 – É criada a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos (Diário do Governo, n.º 3, de 4 de Janeiro), que determina haver os seguintes catálogos nas bibliotecas e arquivos dependentes da Inspeção: 1) alfabético de autores; 2) metódico, os quais deveriam ser uniformes, conforme o determinasse a Inspeção.

1901 – Reorganiza-se a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, (Diário do Governo, n.º 294, 28 de Dezembro) e indica-se para a Biblioteca Nacional de Lisboa a seguinte divisão, que corresponde a uma classificação das suas secções bibliográficas:

*I. História. Geografia*

*Cartas geográficas*

*Poligrafia*

*Jornais*

*Revistas nacionais e estrangeiras*

*II. Ciências civis e políticas*

*III. Ciências e artes*

*Belas artes*

*IV. Filologia*

*Belas letras*

*V. Numismática*

*Estampas*

*VI. Religiões*

*Incunábulos*

*VII. Reservados*

*Manuscritos*

*Iluminados*

*VIII. Colecção Elzevir*

*Colecção Bodoni*

*Colecção Pombalina*

*Colecção Códices de Alcobaça*

*IX. Arquivos da Marina e Ultramar*

*1903 – Novo regulamento da Biblioteca Nacional de Lisboa (Diário do Governo, n.º 32, 11 de fevereiro), que determina que ali haja os seguintes catálogos:*

*I. Dos impressos: a) Por nomes de autores; b) Por títulos das obras; c) Metódicos.*

*II. Dos códices: a) Por autores; b) Por assuntos; c) Por proveniências; d) Por assuntos.*

*III. Das estampas: a) Por nomes de autor; b) Por assuntos; c) Por processo de execução.*

*IV. Do medalheiro e numário: a) Por divisões políticas; b) Por zonas etnográficas; c) Por espécies.*

*V. Dos selos: a) Por nome de quem o usou; b) Pela dignidade ou cargo; c) Pelo seu destino.*

*Dá também indicações sobre a catalogação de incunábulo com a portada transcrita na íntegra, «qualidade do papel, minúcias tipográficas, reclamos, colofundos, rubricas, marcas de impressores, etc». Dá também indicações para a catalogação de outras espécies.*

*1912 – Relatório da Comissão para a Organização dos Serviços de Catalogação da Biblioteca Nacional de Lisboa, composta por José António Moniz, Eduardo de Castro e Almeida e Raul Sangreman Proença (Diário do Governo, n.º204, 30 de agosto). Apresenta os seguintes catálogos, indicando os princípios ou bases a que os mesmos devem obedecer:*

- 1. Geral onomástico, com 29 bases;*
- 2. Geral de títulos, com 7 bases;*
- 3. Geral ideográfico-cronológico, com 16 bases;*
- 4. Sistemático por secções, com 8 bases;*
- 5. Topográfico, com 3 bases;*
- 6. Alfabético do registo de entrada;*
- 7. Alfabético do Registo da Propriedade Literária, com 2 bases.*

*Indica-se o modelo do verbete a adotar e dão-se as regras para a organização dos serviços, divididos em três secções:*

- 1. Catalogação;*
- 2. Marcha do livro;*
- 3. Consulta dos catálogos.*

*1919-1923 – Catalogação nas bibliotecas públicas; I – Regras para a redacção, impressão e ordenação dos catálogos gerais, e respectivos modelos, elaboradas por Raúl Proença” (Peixoto, 1962: 15, 16, 17).*

De todos os tipos de catálogos existentes, importa agora distinguir o catálogo sistemático ou metódico de matérias. Os catálogos de assuntos estão organizados pelos

assuntos abordados nas obras. Poderá estar organizado de duas formas: alfabético ou sistemático. No catálogo sistemático ou metódico, os assuntos são agrupados de acordo com um sistema previamente estabelecido (Azevedo, 1980: 51). É, portanto, aquele que agrupa os assuntos ou matérias de acordo com um sistema classificatório previamente estabelecido. É um catálogo científico e lógico. Exige sempre um plano classificatório e vai do princípio para o consequente, pelo que segue um caminho dedutivo, agrupando os assuntos em quadros previamente determinados (Peixoto, 1962: 22).

No catálogo sistemático as fichas estão reunidas de acordo com um certo número de princípios lógicos, pré-estabelecidos e que têm uma estreita relação entre si, por versarem assuntos idênticos (Peixoto, 1962: 37).

O catálogo sistemático CDU da BNL, iniciado em 1955, esteve até 1974 sem ser disponibilizado aos utilizadores devido a uma grande lacuna que se lhe reconhecia: a não existência de um índice alfabético de assuntos correspondente ao seu conteúdo. Considerava-se ser o índice indispensável à consulta do catálogo não se justificando apresentar este antes de se lhe poder juntar um instrumento de acesso, sem o qual a classificação CDU se tornaria demasiado hermética para a grande maioria, quer dos utilizadores, quer dos próprios funcionários. Em 1974 houve a necessidade de se ultrapassar esta dificuldade uma vez que o utilizador pedia a bibliografia por assuntos. Optaram então, por colocar o catálogo à disposição do público, fazendo-o acompanhar de um esquema da CDU, do índice da tabela adotada e, sempre que possível, de explicações diretas sobre o seu funcionamento (Carmo, 1978: 5).

Esta iniciativa coincidiu com a possibilidade de livre acesso do utilizador aos catálogos e facilitou o processo de busca e recolha de informação (Carmo, 1978: 6).

#### **2.4.2. A arrumação sistemática dos documentos**

A classificação tem como principal objetivo a construção do catálogo. Assim, toda a classificação obedece a uma estrutura lógica, estrutura essa que não corresponde a um perfeccionismo do conhecimento científico, lógico e filosófico, mas que, baseando-se na organização do conhecimento científico por grandes classes, permite uma fácil e eficiente localização dos documentos por parte do utilizador nas bibliotecas de livre acesso, possibilitando a junção e integração do mesmo assunto e dos seus vários aspetos, aproximar os afins e afastar os que não têm qualquer ponto de proximidade (Simões e Miguéis, 2001: 15).

O problema da arrumação dos documentos nas estantes é uma questão controversa

no campo da Biblioteconomia e tem sido alvo de muitas críticas, razão pela qual se mantém um problema sempre atual. Richard Roy publicou um trabalho em 1986 onde interroga se a classificação decimal constitui uma estratégia ou se constitui, de facto, um obstáculo para o utilizador. A criação das Bibliotecas Públicas em Portugal visou o desenvolvimento do Plano de Leitura Pública no país. Assim, podemos nos interrogar sobre o facto de as classificações se terem assumido, ao longo da sua história, como instrumentos de arrumação, independentemente das desvantagens que lhe são atribuídas. Isto pode dever-se ao facto de até hoje ainda não ter sido encontrado outro sistema melhor, que apresente mais vantagens (Simões e Miguéis, 2001: 15).

De uma forma geral, as categorias das classificações não são mais do que um reflexo das disciplinas do conhecimento humano lecionadas nos estabelecimentos de ensino. Segundo Richard Roy, citado por Simões e Miguéis, este facto impossibilita, muitas vezes, o acesso às unidades bibliográficas por parte dos utilizadores menos instruídos, sendo a utilização do catálogo sistemático feita apenas por uma reduzida minoria, normalmente pelos utilizadores que possuem formação superior ou por utilizadores que pertencem a um estatuto social mais favorecido. Afirma, ainda, que o utilizador só tem acesso às coleções a partir da sua disposição nas estantes, considerando que os sistemas de classificação, nomeadamente o da CDU é de alta tecnicidade e foi concebido para letrados (Simões e Miguéis, 2001: 16).

As classificações têm diferentes características, que permitem relacionar os assuntos usando símbolos de ligação que lhes conferem uma certa flexibilidade. A utilização de sinais e símbolos combinados permite obter notações minuciosas, que são por vezes necessárias à elaboração de um catálogo sistemático, nomeadamente numa biblioteca especializada (Simões e Miguéis, 2001: 17).

A classificação CDU possui mecanismos que podem ser utilizados para relacionar os assuntos, como por exemplo a utilização dos dois pontos (:). Se pretendermos inserir os assuntos num catálogo sistemático esta relação poderá permanecer, se se pretender arrumar o documento, este será colocado na rubrica em que haverá mais probabilidades de ser aquela onde o utilizador o irá procurar. Deve, porém, ter-se sempre em conta o perfil do utilizador e a unidade de informação onde o documento está inserido (Simões e Miguéis, 2001: 17).

### **3. Estudo empírico: conceção e desenvolvimento**

Neste capítulo pretende-se, sucintamente, fazer uma abordagem à problemática em análise, definindo-se conceitos relevantes para o estudo empírico. Sendo a problemática principal a avaliação do uso que é feito pela CDU nas bibliotecas portuguesas, pretende-se compreender se os utilizadores conhecem a CDU e como a utilizam.

#### **3.1. Apresentação do problema de estudo**

Inúmeras bibliotecas portuguesas afetam muito do tempo e do esforço dos seus técnicos à indexação por assuntos com recurso à CDU. Partindo da hipótese empírica de que os utilizadores desconhecem a CDU e as suas potencialidades para a recuperação da informação, seria importante avaliar o uso que é feito da CDU nas bibliotecas portuguesas (definindo uma amostra válida) com vista à recuperação da informação por assuntos, para se demonstrar se o investimento que é feito na sua aplicação tem uma justificação real e efetiva.

A organização da investigação em torno de hipóteses de trabalho constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor. Assim, para um trabalho ser considerado uma verdadeira investigação deve estruturar-se em torno de uma ou várias hipóteses. A hipótese vai fornecer à investigação um fio condutor eficaz. A partir do momento em que é formulada, substitui a questão de pesquisa, mesmo que esta deva permanecer presente na nossa mente. O seguimento do trabalho de investigação consistirá em testar as hipóteses, confrontando-as com dados da observação. Assim, foram formuladas as seguintes hipóteses:

Hipótese 1- Os utilizadores desconhecem a CDU e as suas potencialidades para a recuperação da informação.

Hipótese 2- O investimento técnico, humano e financeiro que é feito pelas bibliotecas portuguesas para a adoção da CDU não tem utilidade para o utilizador uma vez que este não a utiliza para recuperar informação.

#### **3.2. Questões metodológicas**

Definido o problema, baseado na revisão da literatura concernente, a etapa seguinte é a da escolha da abordagem metodológica. Como operacionalizar a pesquisa? Qual o método? Como e onde realizar a investigação? A escolha das etapas do método depende do problema de pesquisa. Para a opção metodológica, apresenta-se uma breve enumeração dos principais

tipos de pesquisa: bibliográfica, documental, estudo de caso, histórica, levantamento, experimental, participante, entre outras. Para tanto, é significativo identificar processos e técnicas de investigação, como a entrevista, o questionário, o formulário, a observação, a análise documental, a análise de conteúdo e do discurso (Boaventura, 2004: 55).

A reflexão metodológica pode, por vezes, ser autonomizada das práticas concretas da investigação. Corre o risco de perder-se numa forma de dogmatismo se os investigadores deixarem de executá-la e a transformarem numa especialidade desligada do trabalho de investigação efetivo (Albrello [et al.], 1997: 11).

Os instrumentos metodológicos não podem ser selecionados independentemente das referências teóricas da investigação. O método de recolha de dados deve ser adaptado ao tipo de dados a investigar (Albarello [et al.], 1997: 86).

### **3.2.1. Instrumentos de recolha de dados**

Depois de identificado o objeto de estudo, ou seja, avaliar a utilidade da CDU nas bibliotecas portuguesas com vista à recuperação da informação por assuntos, foi feito um levantamento para identificar documentos relevantes que pudessem dar a fundamentação teórica para a pesquisa. Entre estes documentos, podemos citar artigos de periódicos, teses de doutoramento, dissertações de mestrado, documentos eletrónicos e monografias.

A recolha de informação foi ainda efetuada através dos seguintes instrumentos e procedimentos: duas entrevistas não-estruturadas com o responsável pela BMCCB e com o responsável pela BCFLUP e observação direta participante dos utilizadores das duas bibliotecas.

Nas suas diferentes formas, as técnicas de entrevista caracterizam-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e interação humana. Corretamente valorizadas permitem ao investigador retirar informações e elementos de reflexão ricos e matizados. É instaurada uma troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reações, o investigador facilita essa expressão, evitando que ela se afaste dos objetivos da investigação e possibilita que o interlocutor aceda a um grau máximo da autenticidade e de profundidade (Quivy e Campenhoudt, 2005: 192, 193).

A observação direta é um método baseado na observação visual. Os métodos de observação direta constituem os únicos métodos de investigação social que captam os

comportamentos no momento em que eles se produzem em si mesmos, sem a intervenção de um documento ou de um testemunho (Quivy e Campenhoudt, 2005: 196).

As modalidades concretas da observação em investigação social são muito diferentes, consoante o investigador escolha, por exemplo, um método de observação participante de tipo etnológico ou, por outro lado, um método de observação não participante cujos processos técnicos são muito rigorosos. A observação participante de tipo etnológico consiste em estudar uma comunidade durante um longo período, participando na vida coletiva. O investigador estuda os seus modos de vida, de dentro e minuciosamente, empenhando-se em perturbá-la o menos possível. A validade do seu trabalho assenta na precisão e no rigor das observações (Quivy e Campenhoudt, 2005: 197).

Os métodos de observação não participante apresentam perfis muito diferentes, sendo o seu único ponto comum o facto de o investigador não participar na vida do grupo, que observa do exterior. A observação tanto pode ser de longa como de curta duração, feita à revelia ou com o acordo das pessoas em questão, ou ainda realizada com ou sem o auxílio de grelhas de observação pormenorizadas. As grelhas definem de modo muito seletivo as diferentes categorias de comportamentos a observar (Quivy e Campenhoudt, 2005: 198).

### **3.2.1.1. A análise de conteúdo**

Depois de escolher o tema e definir o problema, segue-se a etapa da fundamentação teórica pela busca da literatura relevante. A forma mais prática e efetiva de elaborar a fundamentação teórica é pela leitura e elaboração de resumos de obras que sustentem o problema da pesquisa, procurando aprofundar a leitura dos autores que lideram o pensamento na área do objeto de estudo (Boaventura, 2004: 45).

Pelo problema, o trabalho passa a vincular-se a uma disciplina ou a um ramo do conhecimento expresso em livros, artigos de periódicos especializados, entre outros. A pesquisa em documentos eletrónicos amplia a bibliografia, tornando-a indispensável sobretudo nos temas mais novos que, muitas vezes, não foram tratados ainda. Os arquivos eletrónicos oferecem literatura atualizada. O trabalho de pesquisa é direcionado para determinado tema, por isso, o problema é o centro de toda a investigação científica (Boaventura, 2004: 45).

A literatura relacionada é a base da pesquisa. Procede-se, deste modo, à sua revisão. O que já se publicou sobre o tema? Quais as lacunas existentes? Para se fundamentar o trabalho, resumem-se e resenham-se as leituras (Boaventura, 2004: 45).

A revisão da literatura consiste na análise e síntese das informações, procurando definir as linhas de ação para abordar o assunto ou problema e gerar ideias novas e úteis (Boaventura, 2004: 46).

Na pesquisa bibliográfica, o pesquisador não é um simples consultador de livros e revistas na biblioteca. É um operador decidido em busca das fontes. É tão importante identificar os tipos dessas fontes como utilizar os diversos serviços bibliotecários à disposição do utilizador (Boaventura, 2004: 69).

### **3.2.1.2. A entrevista**

“A utilização da entrevista pressupõe que o investigador não dispõe de dados «já existentes», mas que deve obtê-los” (Albarello [et al.], 1997: 86). Depois de analisada a necessidade de dispor de dados próprios é imprescindível ter ideias claras quanto ao contributo específico da entrevista e quanto às condições impostas para a sua aplicação, por comparação com outras técnicas, como a observação ou o questionário. Optar pela entrevista é escolher determinadas condições metodológicas:

- uma relação verbal direta ou indireta entre o investigador e a pessoa interrogada;
- entrevista provocada pelo investigador;
- entrevista para fins de investigação;
- entrevista baseada na utilização de um guia de entrevista;
- entrevista numa perspetiva intensiva (Albarello [et al.], 1997: 86, 87).

Segundo o grau de liberdade, as entrevistas podem ser classificadas num *continuum*: num dos polos, o entrevistador favorece a expressão mais livre do seu interlocutor, interferindo o menos possível; no outro, é o entrevistador quem estrutura a entrevista a partir de um objeto de estudo estritamente determinado (Albarello [et al.], 1997: 87).

Na entrevista semidiretiva, encontramos-nos num nível intermédio, ao respondermos a duas exigências que podem parecer contraditórias. Por um lado, o entrevistado pode estruturar o seu pensamento em torno do objeto perspetivado, e daí o aspeto parcialmente «não diretivo». Por outro lado, a definição do objeto de estudo exclui do campo de interesse diversas considerações para as quais o entrevistado se deixa arrastar naturalmente, ao sabor do seu pensamento, e obriga ao aprofundamento de pontos que ele próprio não teria explicado, e daí, o aspeto parcialmente «diretivo» das intervenções do entrevistador (Albarello [et al.], 1997: 87).

Nesta perspetiva podemos distinguir a entrevista semidiretiva de outras três

modalidades de entrevista:

- a entrevista diretiva realizada com base num questionário;
- o relato de vida que combina a abordagem biográfica com a temática;
- a entrevista não diretiva articulada em torno de um tema geral que se pretende que o entrevistado explore (Albarello [et al.], 1997: 87,88).

Face às três modalidades de entrevista apresentadas anteriormente a que mais se adequou a este estudo foi a não diretiva articulada em torno do tema geral. Os entrevistados puderam desta forma explorar o tema de forma mais livre, o que permitiu obter informação menos condicionada.

É possível falarmos de “metodologia da entrevista” na medida em que, ao desenvolver-se, a própria prática da entrevista se traduz num objeto de investigação. Como novo instrumento de observação, a entrevista devia posicionar-se relativamente ao modelo científico importado das ciências exatas. As primeiras investigações empíricas que usaram a entrevista puderam testemunhar até que ponto as informações assim recolhidas haviam possibilitado a exploração de novas facetas do «social» (Albarello [et al.], 1997: 91).

Existem três categorias de pessoas que podem ser interlocutores válidos numa entrevista. Falamos de docentes, investigadores especializados e peritos no domínio de investigação suscitado pela pergunta de partida. Podem ajudar-nos a melhorar o nosso conhecimento do terreno, expondo-nos não só os resultados dos seus trabalhos, mas também os procedimentos que usaram, os problemas que encontraram e os escolhos a evitar. Este tipo de entrevista não impõe uma técnica específica, mas será tanto mais produtiva quanto mais bem formulada estiver a pergunta de partida, permitindo ao seu interlocutor delinear com precisão o que lhe interessa (Quivy e Campenhoudt, 2005: 71).

Outro tipo de interlocutores recomendados para as entrevistas exploratórias é o das testemunhas privilegiadas, isto é, pessoas que, pela sua posição, ação ou responsabilidades, têm um bom conhecimento do problema. Essas testemunhas podem fazer parte do público sobre o qual incide o estudo ou podem ser-lhe exteriores, mas muito relacionadas com esse público (Quivy e Campenhoudt, 2005: 71).

Uma outra categoria de interlocutores úteis são os que constituem o público a que o estudo diz diretamente respeito. Neste caso é importante que as entrevistas cubram a diversidade do público envolvido (Quivy e Campenhoudt, 2005: 72).

A entrevista não é comparável a uma conversa corrente. Induz uma situação particular: o acordo das duas partes relativamente ao tema da entrevista, a escolha

equilibrada de um quadro espaço-temporal, o registo, a atitude semidiretiva do investigador e um «rito» de entrada (a questão inicial). O plano da entrevista compreende o guia da entrevista e o modo de intervenção (Albarello [et al.], 1997: 109).

O guia da entrevista enuncia os temas a abordar com o objetivo de intervir de forma pertinente para levar o entrevistado a aprofundar o seu pensamento ou a explorar uma questão nova de que não fala naturalmente. O guia é um sumário e recorre-se a ele respeitando o mais possível a ordem de exposição do pensamento do entrevistado (Albarello [et al.], 1997: 110).

### **3.2.1.3. A observação participante**

A recolha de informações é um momento fulcral num procedimento de investigação (Albarello [et al.], 1997: 115).

A observação engloba o conjunto das operações através das quais o modelo de análise é submetido ao teste dos factos e confrontado com dados observáveis. A observação é uma etapa intermédia entre a construção dos conceitos e das hipóteses (Quivy e Campenhoudt, 2005: 155).

A elaboração dos instrumentos de observação varia consoante se trate de uma observação direta ou indireta (Quivy e Campenhoudt, 2005: 163).

A observação direta é aquela em que o investigador procede diretamente à recolha das informações, sem se dirigir aos sujeitos interessados. No caso da observação indireta, o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada. Ao responder às perguntas, o sujeito intervém na produção da informação. Na observação indireta, o instrumento de observação é um questionário ou um guião de entrevista. Um e outro têm como objetivo produzir ou registar as informações requeridas pelas hipóteses e prescritas pelos indicadores (Quivy e Campenhoudt, 2005: 164).

Neste estudo foi utilizada a observação direta participante onde foram recolhidas as informações diretamente e onde o observador se tornou parte da situação a observar. O nível de participação foi equilibrado, ou seja, em alguns casos o observador apenas assistiu à pesquisa no catálogo e noutros o observador agiu na situação tentando compreender o porquê de o utilizador usar ou não a CDU nas suas pesquisas.

### **3.3. As pesquisas com recurso à CDU no contexto da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco e da Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**

Neste ponto é feita uma caracterização das duas bibliotecas objeto de estudo e de como processam o tratamento da informação com recurso à CDU, tendo sido fundamental a entrevista realizada aos seus responsáveis para fundamentar o que a seguir se expõe.

#### **3.3.1. Caracterização da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco**

A Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco (BMCCB) assume grande protagonismo e um papel de “motor” de desenvolvimento das atividades culturais e artísticas no concelho de Vila Nova de Famalicão. O seu edifício-sede, construído de raiz, seguindo a tipologia “BM2” estabelecida pela Rede Nacional de Leitura Pública foi implantado no Parque de Sinções. Ocupa uma área total de quase 3.000 m<sup>2</sup> e dispõe de espaços e programas adequados às várias faixas etárias e aos diversos tipos e suportes de leitura e informação. Para além do edifício-mãe, localizado na cidade de Vila Nova de Famalicão, a Biblioteca Municipal promove uma Rede Municipal de Leitura Pública que engloba, atualmente, oito pólos, localizados nas freguesias de Joane, Arnoso Santa Eulália, Jesufrei, Pousada de Saramagos, Lousado, Riba de Ave, Ribeirão e Louro<sup>1</sup>.

*“Os principais objetivos da BMCCB são os relacionados com a informação, a literacia, a educação e a cultura, nomeadamente:*

- Criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;*
- Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis;*
- Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;*
- Apoiar a tradição oral;*
- Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação à comunidade;*
- Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a*

---

<sup>1</sup> BIBLIOTECA MUNICIPAL CAMILO CASTELO BRANCO – **Biblioteca: história.** Vila Nova de Famalicão : B.M.C.C.B., 2008. [Consult. 5 Mar. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.bibliotecacamilocastelobranco.org/?co=12&tp=4&cop=37&LG=0&mop=40&it=page>>

*informática*”<sup>2</sup>.

A BMCCB utiliza o GIB que é um sistema de gestão integrada de bibliotecas, modular e integrado para plataformas Microsoft Windows, que permite manter múltiplas bases de dados usando o formato MARC. O GIB utiliza as mais avançadas tecnologias de gestão de conteúdos e permite o fácil acesso aos mesmos a partir da interface de pesquisa. É ainda possível digitalizar toda a videoteca e disponibilizá-la no OPAC via *streaming*, para além do acesso ao texto integral de documentos<sup>3</sup>.

O GIB abrange todas as necessidades de processamento de informação numa biblioteca, a saber:

1. Pesquisa;
2. Catalogação;
3. Aquisições;
4. Administração;
5. Gestão de utilizadores;
6. Tesouros/controlo de autoridade;
7. Controlo de periódicos;
8. Relatórios e estatísticas;
9. Circulação e empréstimo;
10. Controlo de postos públicos;
11. Consulta do OPAC por invisuais;
12. Multimédia com *streaming*;
13. Difusão seletiva de informação;
14. Cliente e servidor Z39.50;
15. Pesquisa distribuída;
16. Auto-atendimento;
17. Catálogo coletivo;
18. Portal Web;

---

<sup>2</sup> Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco – **Biblioteca: objetivos**. Vila Nova de Famalicão : Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, 2008. [Consult. 5 Mar. 2014]. Disponível em WWW: <URL:

<http://www.bibliotecacamilocastelobranco.org/?co=11&tp=4&cop=37&LG=0&mop=39&it=page>>

<sup>3</sup> **Gib: gestão integrada de bibliotecas**. [S.l.] : Libware. 2014. [Consult. 5 Mar. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.libware.pt/Portals/0/GiB%20-%20Panfleto%202011.pdf>>

#### 19. Moedeiro<sup>4</sup>.

O sistema permite ainda a integração com o correio eletrónico, a obtenção de relatórios e indicadores estatísticos, a constituição de catálogos coletivos formados por “n” bibliotecas remotas entre si, emissão de etiquetas necessárias ao tratamento técnico das obras e ao cartão de utilizador e o desenvolvimento de trabalho remoto, com acesso aos módulos e funcionalidades a partir de qualquer computador que esteja ligado à Internet<sup>5</sup>.

A BMCCB dispõe de um técnico superior em CI, duas Educadoras de Infância, uma técnica superior em Estudos Europeus e outra em Relações Internacionais e oito técnicos BAD. As Educadoras de Infância são responsáveis pelo serviço educativo, realizam a promoção do livro e da leitura. O tratamento técnico-documental é realizado pelos técnicos BAD e pelo técnico superior em CI. A indexação e a classificação é também elaborada pelo técnico superior em CI, embora existam técnicos BAD que realizem indexação. Quando encontram dificuldades na realização desta tarefa esclarecem-nas com o técnico superior em CI. Como o GIB possui uma base de dados de assuntos e o seu interface é simples acaba por apresentar os campos que têm de ser preenchidos. Só se se tratar de uma descrição bibliográfica mais elaborada é que tem de se saber que campos têm de ser preenchidos.

Na BMCCB é realizada a indexação por assuntos e é utilizado o *thesaurus* multilingue da União Europeia (EuroVoc) que está no GIB. O GIB possui ainda uma base de cabeçalhos de assuntos que têm de ser acrescentados e essa tarefa é feita pelo técnico superior em CI. A biblioteca possui ainda uma lista própria de termos de indexação. Relativamente à existência de técnicos apenas dedicados à indexação, a biblioteca distribui esta tarefa dependendo do documento que se está a analisar. Normalmente os colaboradores já têm muita experiência e é um processo “mecânico”. Os conceitos que são retirados dos documentos são depois transformados em descritores. Quando existem dúvidas relativas a esta tarefa falam com o técnico superior em CI. Se o descritor não estiver na base de cabeçalhos é acrescentado pelo técnico superior em CI. No fundo estão sempre a acrescentar descritores a uma base que já possui cerca de 12 000 descritores.

Hilário Pereira, responsável pela BMCCB, menciona que em termos de utilização da CDU, o utilizador que frequenta a biblioteca municipal não olha sequer para os códigos. Normalmente pergunta se existe algum documento que trate de determinada área, ou seja, dizem que tipo de assunto pretendem pesquisar. No catálogo normalmente procuram por título ou por assunto e não pela CDU. Mais facilmente utilizam o assunto ou palavras-chave,

---

<sup>4</sup> **Gib: gestão integrada de bibliotecas** (op. cit.).

<sup>5</sup> Idem.

dependendo muito das necessidades de informação de cada utilizador. Existem especialistas que ainda hoje debatem se a indexação deve ser feita com a Linguagem Natural (LN) ou com Linguagem Controlada (LC). O utilizador utiliza sempre a LN e a biblioteca que quer disponibilizar a informação ao utilizador tem de pensar num equilíbrio entre LN e LC. Tratando-se de uma biblioteca pública tem de se ter atenção ao tipo de utilizadores que frequentam a biblioteca.

A CDU é aplicada na BMCCB por uma questão de arrumação, ou seja, é muito mais fácil para os colaboradores de uma biblioteca a existência deste código para se poder arrumar os documentos na estante. Serve para num curto espaço de tempo colocar os livros no devido lugar. Segundo a formação e experiência que tem, Hilário Pereira menciona que a CDU é para arrumar os documentos na estante.

Questionado sobre a importância de dar formação neste sentido menciona que dar formação nesta área nunca é demais porque desta forma o utilizador ficaria a conhecer um tipo de linguagem. Interrogado sobre se tem efeitos práticos na recuperação da informação ou se vai melhorar as pesquisas por parte de quem procura a informação diz que não seria uma mais-valia para o utilizador.

Relativamente ao investimento que foi feito na aplicação da CDU informou que em termos gerais o documento tem de ser carimbado, registado e depois classificado para que possa ser arrumado na estante. Ou seja, a classificação de um documento demora o seu tempo e quantificar é complicado. A catalogação no GIB é realizada desde os finais de 2008 e o processo em si engloba a classificação que tem de ter uma notação. O investimento da classificação é bem aproveitado, em último caso é utilizado por quem trabalha dentro da organização.

Quanto à importância da CDU comparativamente ao papel do bibliotecário para responder às necessidades informacionais dos utilizadores, Hilário Pereira garante que o trabalho do bibliotecário é muito mais importante e vai muito mais além da CDU. Contudo, a CDU tem de ser utilizada. Para o utilizador é uma linguagem que não tem benefícios mas para o bibliotecário tem. Se não tivermos esta classificação torna-se muito difícil arrumar a documentação. Quando se trata de uma biblioteca como a BMCCB que possui 117.000 exemplares tem de ter uma linguagem e uma classificação que ordene estes documentos.

Questionado sobre a CDU ter o correspondente benefício nos resultados da recuperação da informação e na satisfação dos utilizadores menciona que enquanto profissional da informação é a sua ferramenta de trabalho. A CDU é uma linguagem universal. Um aluno que faz ERASMUS conhece esta linguagem e é mais fácil a sua adaptação. Alunos

de ensino secundário e básico procuram o assunto e quase nem consultam o catálogo. Os alunos do ensino superior conhecem a CDU e se não for de uma forma muito específica, sabem que existe um código. Os colaboradores desta biblioteca pesquisam muitas vezes por CDU. Nesta biblioteca faz-se mais estudo do que consulta. É uma biblioteca pública com utilizadores muito heterogéneos.

### **3.3.2. Caracterização da Biblioteca Central da FLUP**

A Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (BCFLUP) tem como principal objetivo facultar à comunidade académica os recursos bibliográficos necessários à investigação e ao ensino<sup>6</sup>.

A sua atividade desenvolve-se no sentido de facilitar o acesso à documentação e informação existentes na biblioteca, nos mais diversos suportes, através de um conjunto de serviços que promove, disponibiliza e põe em prática respondendo de forma rápida e eficaz às necessidades dos utilizadores que a ela se dirigem<sup>7</sup>.

A BCFLUP oferece aos seus utilizadores espaços abertos, em regime de livre acesso, facultando-lhes, assim, a possibilidade de circular livremente em todos os seus espaços, em contacto direto com as coleções<sup>8</sup>.

A biblioteca utiliza o sistema integrado de bibliotecas Aleph 500 que é um líder de mercado na automação de bibliotecas e centros de pesquisa. É um sistema amigável integrado para gestão de bibliotecas e centros de documentação. Os módulos integrados incluem: catalogação, aquisições, circulação, publicações em série, empréstimo entre bibliotecas, OPAC, entre outros (Rebelo, 2003: 9).

A BCFLUP dispõe de 19 técnicos. Existem equipas de trabalho em que uns têm a responsabilidade do tratamento técnico, outros estão no serviço de empréstimos. Apesar de a equipa que está responsável pelo tratamento técnico fazer também o serviço de leitura e empréstimo existem elementos que, no serviço de leitura e empréstimo, só estão responsáveis por essa área.

Na biblioteca da FLUP é realizada a indexação por assuntos. Utilizam descritores

---

<sup>6</sup> UNIVERSIDADE DO PORTO. Faculdade de Letras – **Biblioteca central: apresentação**. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014. [Consult. 5 Mar. 2014]. Disponível em WWW: <URL: [http://sdi.letras.up.pt/default.aspx?pg=biblioteca\\_central.ascx&m=8](http://sdi.letras.up.pt/default.aspx?pg=biblioteca_central.ascx&m=8)>

<sup>7</sup> Idem

<sup>8</sup> Idem

criados internamente e usam uma lista que foi sendo criada ao longo do tempo e que neste momento está a ser validada no ficheiro de autoridade do sistema de forma a poder ser criada uma espécie de tesouro para usar na biblioteca que por ser da área de Humanidades, torna complicado ter um instrumento de trabalho que abarque todas as componentes desta biblioteca. O responsável da biblioteca, Dr. João Leite, menciona que se pensarmos, por exemplo, na área da Literatura, é muito difícil haver um instrumento de trabalho porque as temáticas são variadas e por exemplo, grande parte das entradas por temas na literatura, são nomes de autores.

Utilizam a CDU como ajuda para fazer a indexação por assuntos. O Dr. João Leite mencionou ainda que começaram a trabalhar em duas áreas na lista de descritores em que tiveram a colaboração de especialistas dessas áreas para apoiarem a elaboração desta lista.

Na biblioteca da FLUP existem três técnicos que estão dedicados apenas à indexação.

Questionado sobre a importância da CDU para o utilizador, o Dr. João Leite refere que relativamente à sua experiência, a CDU tem muito pouca importância para o utilizador. Para o serviço, dependendo de algumas áreas, poderá ter alguma importância quando se trata de uma biblioteca que lida muito com bibliografia estrangeira, uma vez que muitos países utilizam a CDU e esta pode ser uma linguagem importante para chegar a determinadas decisões quando se está a fazer a indexação. É um instrumento de trabalho que, no caso concreto da biblioteca da FLUP, se usa muito mais internamente e é utilizada pelos próprios serviços, do que pelo utilizador. As estatísticas demonstram que o utilizador não faz praticamente pesquisas pela CDU. No caso da BCLUP o utilizador pode conhecer uma adaptação da CDU porque a CDU é utilizada como cota para se poder fazer a arrumação por assunto e dentro de cada assunto por ordem alfabética de autor e título. A primeira notação que existe nas cotas dos livros em livre acesso é a CDU simplificada que permite depois na estante colocar as obras de forma sistemática. Assim, os utilizadores poderão ter algum conhecimento da classificação, mas o responsável pela biblioteca afirma que a maior parte dos utilizadores não associa aqueles códigos à CDU.

Quanto às suas potencialidades para a recuperação da informação, considera que como instrumento de trabalho a CDU apresenta vantagens do ponto de vista interno, mas relativamente ao utilizador refere que este não a utiliza para a recuperação da informação. O utilizador da BCFLUP não tem necessidade da CDU para fazer recuperação da informação. Com os meios informáticos de que dispõem, os pontos de acesso à informação são tantos e tão variados e podem assumir tantas formas que hoje o utilizador pode lá chegar com muita facilidade sem ter necessidade de utilizar uma linguagem como a CDU.

Quando questionado sobre o porquê de utilizar a CDU, o responsável pela biblioteca refere que a CDU é importante para o serviço. A CDU é uma linguagem universal e portanto se se pensar na utilização por parte de utilizadores que não saibam a língua portuguesa, mesmo sendo um décimo da utilização que se faz em termos globais, a CDU pode ser importante. Uma das grandes ajudas que a CDU deu ainda há pouco tempo na biblioteca da FLUP foi no tratamento de uma coleção de obras chinesas em que os únicos caracteres que eles tinham legíveis eram os caracteres numéricos que incluíam a CDU, pois o resto era o alfabeto chinês. Nessa perspectiva, João Leite considera que a CDU como linguagem universal continua a ser importante.

Na Biblioteca Central da FLUP três técnicos fazem a indexação por CDU e por assuntos numa linguagem controlada. O responsável da biblioteca menciona que quando o utilizador faz uma pesquisa utiliza a linguagem natural, ou seja, a pesquisa que ele considera por assunto é realizada com a linguagem natural. O único investimento que se faz na aplicação da CDU é no tempo que é gasto a indexar uma obra, utilizando a linguagem CDU que com técnicos experientes é quase simultâneo à utilização de outra linguagem. Não associa, portanto, grandes recursos à utilização da CDU numa biblioteca que faça indexação usando vários tipos de linguagem e garante que tem uma justificação real e efetiva.

Questionado sobre a importância da CDU para a pesquisa de informação na Biblioteca da FLUP ou sobre o papel do bibliotecário, defende que o seu papel é sem dúvida muito mais importante do que uma linguagem como a CDU. Em bibliotecas universitárias o bibliotecário tem de estar muito mais próximo do utilizador, mais próximo mesmo fisicamente, apesar dos meios privilegiados que a FLUP tem de comunicação. É importante ter proximidade com o utilizador que entra na biblioteca para poder apoiá-lo e poder formá-lo em algumas áreas de utilização da biblioteca de forma a se tornar autónomo. Esse papel é muito importante junto do utilizador, muito mais do que qualquer linguagem, principalmente quando se trata de uma linguagem pouco simpática para o utilizador.

Relativamente à CDU ter o correspondente benefício nos resultados da recuperação da informação e na satisfação dos utilizadores, defende que não tem. Na opinião de João Leite a CDU é uma linguagem que se for levada à exaustão até afugentará o utilizador. O utilizador não sabe interpretar a notação e para ele aquela linguagem não lhe diz rigorosamente nada. Portanto, em termos de benefícios para o utilizador, acha que não existem. O responsável pela biblioteca mencionou ainda que o utilizador não faz uso da linguagem controlada (utilizada na indexação). Segundo o Dr. João Leite o utilizador usa a linguagem natural nas suas pesquisas e não está habituado a utilizar os índices ou instrumentos de pesquisa como o tesouro. E faz a pesquisa hoje em qualquer tipo de base de

dados como faz a pesquisa no Google, por frase. É esse tipo de pesquisa o mais usado. Mas não é a mais usada, por estranho que pareça, numa biblioteca como a da FLUP. A mais usada de acordo com as estatísticas é a pesquisa por título e logo a seguir vem a pesquisa por assunto. A CDU está muito em baixo e é capaz de ser de todas elas a menos usada. A indexação em Portugal faz-se em língua portuguesa. Se um estrangeiro quiser fazer uma pesquisa por assunto numa biblioteca portuguesa, a linguagem que vai usar não vai ser a sua língua materna. Vai utilizar uma linguagem universal. Nos Estados Unidos usa-se a CDD e portanto são linguagens que se continuam a usar nas bibliotecas. Nessa perspectiva, dado a possibilidade de haver uma linguagem universal e não havendo mais linguagens universais, a CDU tem benefícios.

### **3.4. Desenvolvimento**

A observação participante foi realizada durante o mês de abril na BMCCB e na BCFLUP. A recolha de dados foi feita durante 8 dias, havendo no mesmo período uma oscilação no tempo de observação, ou seja, nos primeiros cinco dias na BCFLUP da parte da manhã e na BMCCB da parte de tarde e nos restantes três dias o processo inverteu-se. O ponto estratégico de observação foi definido por forma a que se pudessem observar as pesquisas dos utilizadores tentando entrar em contacto com eles o menor número de vezes possível. Na BCFLUP os computadores com acesso ao catálogo estão localizados logo na entrada da biblioteca e a tarefa de observação foi relativamente fácil porque dos sofás para os computadores havia boa visibilidade. Na BMCCB o processo foi mais complicado porque existem computadores tanto no átrio de entrada, como na sala de leitura, havendo desta forma a necessidade de deslocação entre as duas salas para se poder realizar a recolha de dados. Nas duas bibliotecas primeiro foi realizada a observação das pesquisas do utilizador e depois tentou-se perceber como realizaram as suas pesquisas perguntando se conheciam a CDU e se alguma vez a tinham utilizado na pesquisa de informação.

Relativamente à recolha dos dados referentes às pesquisas no catálogo, no decurso das duas entrevistas e na troca de emails foi solicitado o acesso às estatísticas dos dois programas de gestão das bibliotecas. O responsável pela BCFLUP prontificou-se de imediato a fornecer esses dados já o responsável pela BMCCB demonstrou alguma dificuldade em conseguir esses dados por não saber manusear o módulo de estatísticas do GIB e tornou-se necessário o contacto com o técnico do programa para nos fornecer esses dados. O acesso aos dados referentes às pesquisas no catálogo foi feito apenas no mês de abril para conseguirmos dados que abarcassem os meses de janeiro, fevereiro, março e abril e em maio nos debruçarmos sobre eles.

## 4. Resultados do estudo empírico

A análise dos dados recolhidos será apresentada em simultâneo para as duas bibliotecas estudadas. A amostra da pesquisa que totalizou 131 observações, representa a população observada, que está dividida entre os utilizadores das Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (a primeira biblioteca analisada) e a Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, e será apresentada, nesta mesma sequência, que corresponde à ordem seguida na observação direta. Esta ordem foi aleatória, não tendo havido nenhuma sequência lógica para escolher qual a biblioteca onde seria iniciado o estudo.

De 7 a 24 de Abril de 2014 foram observados 77 utilizadores na BCFLUP (de 7 a 11 de abril da parte da manhã e de 22 a 24 de abril da parte da tarde). Dos 77 utilizadores apenas 16 conheciam a Classificação Decimal Universal, mas apenas dois dos que disseram conhecer a CDU afirmaram já a ter utilizado algumas vezes na pesquisa de informação. Os restantes 75 utilizadores disseram nunca ter utilizado a CDU para a pesquisa de informação no catálogo da biblioteca. Relativamente à forma como realizam as suas pesquisas, 62 utilizadores indicaram a pesquisa por título e/ou autor, 14 indicaram a pesquisa por assunto e/ou expressão de pesquisa e 1 indicou a pesquisa por ISBN.

De 7 a 30 de Abril de 2014 foram observados 54 utilizadores na BMCCB (de 7 a 11 de abril da parte da tarde e de 28 a 30 de abril da parte da manhã). Dos 54 utilizadores nenhum conhecia a CDU. Quanto à forma como realizam as suas pesquisas, 54 utilizadores indicaram a pesquisa por título e/ou autor (ver Tabela 1).

**Tabela 1 - Número de utilizadores que conhecem e não conhecem a CDU**

	<b>Conhece a CDU</b>	<b>Não conhece a CDU</b>
<b>BCFLUP</b>	16	61
<b>BMCCB</b>	0	54

Para conseguir resultados mais significativos para este estudo foram ainda consultadas as estatísticas de pesquisa no Aleph e no GIB que serão apresentadas nesta mesma sequência que também corresponde à ordem usada na consulta das estatísticas. O resultado das estatísticas abrange os meses de janeiro, fevereiro, março e abril.

#### 4.1. Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

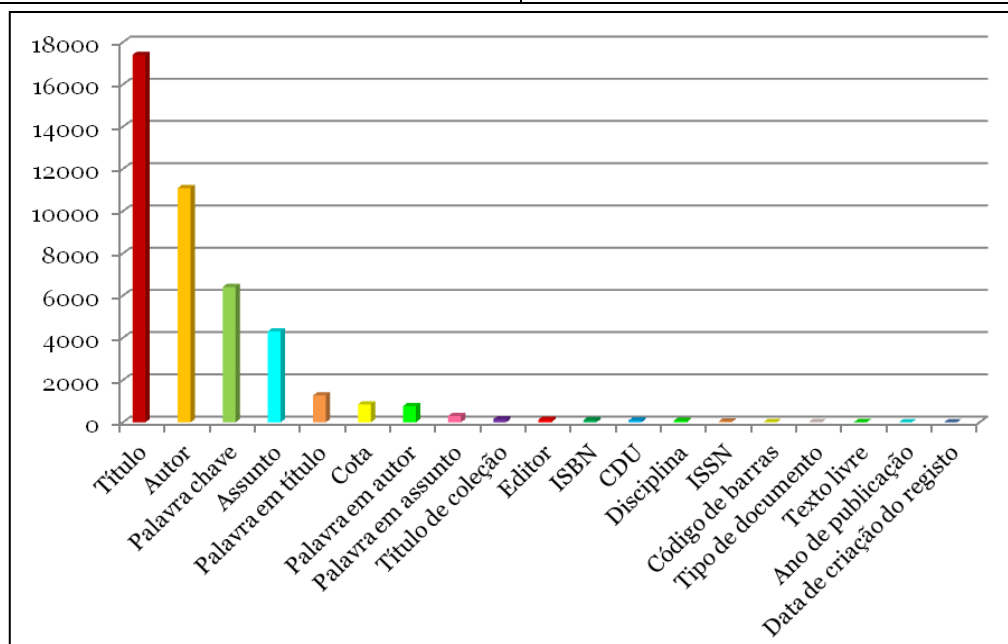
As estatísticas que serão apresentadas de seguida foram disponibilizadas pelo responsável da BCFLUP. Inicialmente serão apresentados dados numéricos em tabelas segundo a ordem de pesquisa e depois sob a forma de um gráfico.

No mês de janeiro verificou-se um maior número de pesquisas realizado por índice de títulos. Seguiu-se a pesquisa por índice de autores e a pesquisa por palavras-chave. Podemos verificar que a pesquisa por CDU se encontra em 12º lugar com 84 pesquisas realizadas. A pesquisa por título e por autor destacam-se desta forma num número muito superior às pesquisas realizadas por CDU (ver Tabela 2).

**Tabela 2- Total de pesquisas por índice referentes ao mês de janeiro de 2014 na BCFLUP**

<b>janeiro de 2014</b>	
<b>Pesquisa por:</b>	<b>Total</b>
Título	17402
Autor	11092
Palavra chave	6408
Assunto	4307
Palavra em título	1269
Cota	848
Palavra em autor	768
Palavra em assunto	300
Título de coleção	146
Editor	119
ISBN	102
<b>CDU</b>	<b>84</b>
Disciplina	66
ISSN	42

Código de barras	15
Tipo de documento	13
Texto livre	7
Ano de publicação	4
Data de criação do registo	3



**Gráfico 1- Pesquisas por índice em janeiro de 2014 na BCFLUP**

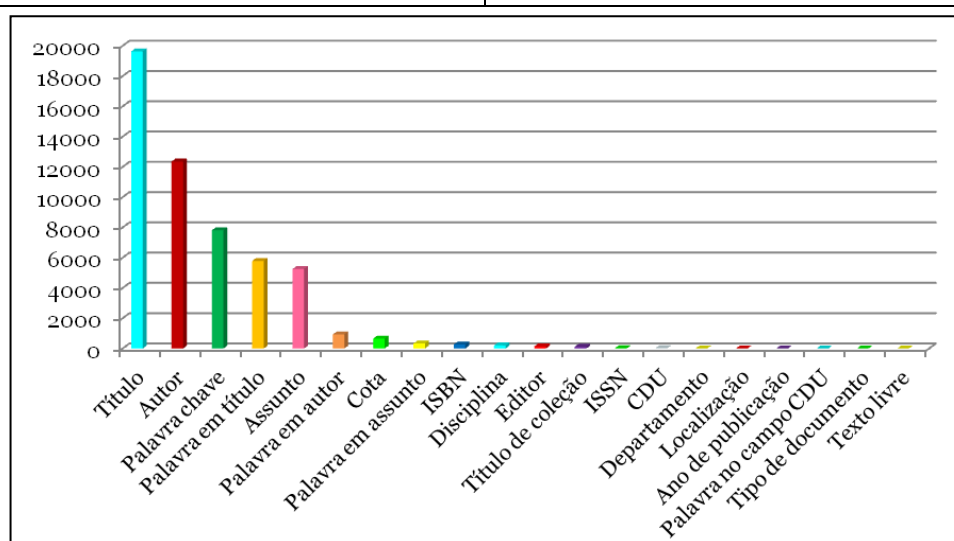
No mês de fevereiro destaca-se, igualmente em primeiro lugar, a pesquisa por índice de títulos. Logo de seguida encontra-se a pesquisa por índice de autores e a pesquisa por palavras chave.

A pesquisa por CDU encontra-se em 14<sup>o</sup> lugar (18 pesquisas) (ver Tabela 3).

**Tabela 3 - Total de pesquisas por índice referentes ao mês de fevereiro de 2014 na BCFLUP**

fevereiro de 2014	
Pesquisa por:	Total
Título	19637
Autor	12357
Palavra chave	7813

Palavra em título	5790
Assunto	5252
Palavra em autor	931
Cota	651
Palavra em assunto	333
ISBN	267
Disciplina	209
Editor	148
Título de coleção	121
ISSN	24
<b>CDU</b>	<b>18</b>
Departamento	8
Localização	6
Ano de publicação	5
Palavra no campo CDU	3
Tipo de documento	3
Texto livre	1



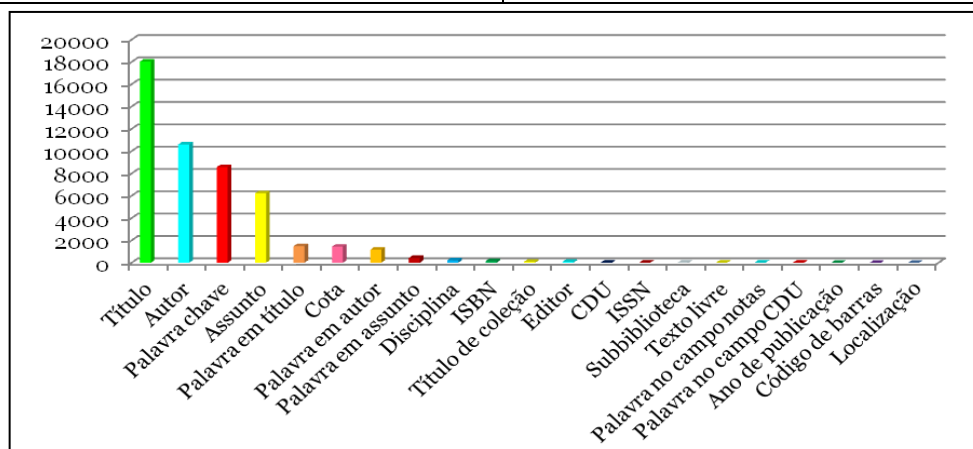
**Gráfico 2 - Pesquisas por índice em fevereiro de 2014 na BCFLUP**

No mês de março, à semelhança dos meses de janeiro e fevereiro, encontramos em primeiro lugar a pesquisa por índice de títulos, seguidamente por índice de autores e depois a pesquisa por palavras-chave. A pesquisa por CDU encontra-se em 13º lugar (23 pesquisas) (ver Tabela 4).

**Tabela 4 - Total de pesquisas por índice referentes ao mês de março de 2014 na BCFLUP**

<b>março de 2014</b>	
<b>Pesquisa por:</b>	<b>Total</b>
Título	18031
Autor	10604
Palavra chave	8566
Assunto	6217
Palavra em título	1484
Cota	1440
Palavra em autor	1171
Palavra em assunto	425
Disciplina	213
ISBN	142
Título de coleção	88
Editor	83
<b>CDU</b>	<b>23</b>
ISSN	18
Subbiblioteca	14
Texto livre	12
Palavra no campo notas	9
Palavra no campo CDU	8
Ano de publicação	2

Código de barras	1
Localização	1



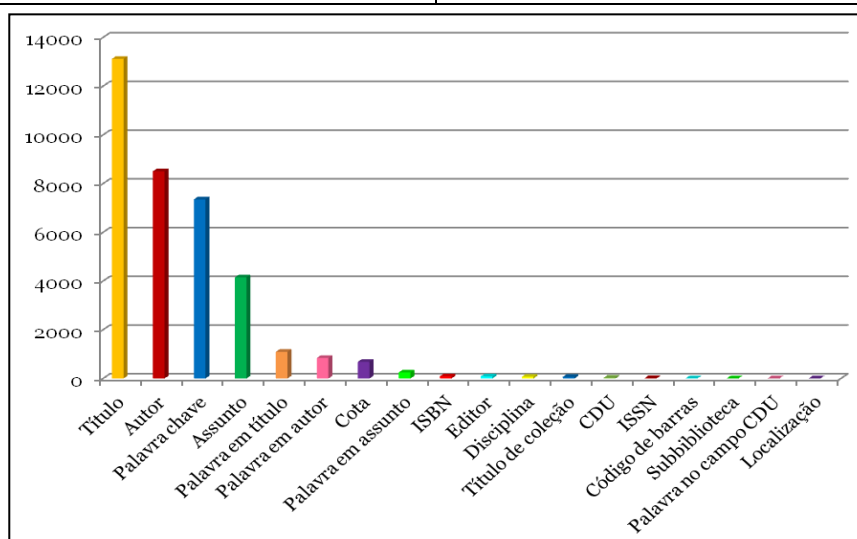
**Gráfico 3 - Pesquisas por índice em março de 2014 na BCFLUP**

No mês de abril, mais uma vez, o maior número de pesquisas efetuado no catálogo foi pelo índice de títulos e seguidamente pelo índice de autores. A pesquisa por CDU encontra-se em 13º lugar com 30 pesquisas (ver Tabela 5).

**Tabela 5 - Total de pesquisas por índice referentes ao mês de abril de 2014 na BCFLUP**

abril de 2014	
Pesquisa por:	Total
Título	13119
Autor	8504
Palavra-chave	7350
Assunto	4149
Palavra em título	1093
Palavra em autor	840
Cota	680
Palavra em assunto	246
ISBN	88
Editor	85
Disciplina	69

Título de coleção	63
<b>CDU</b>	<b>30</b>
ISSN	14
Código de barras	6
Subbiblioteca	3
Palavra no campo CDU	2
Localização	2



**Gráfico 4 - Pesquisas por índice em abril de 2014 na BCFLUP**

## 4.2. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco

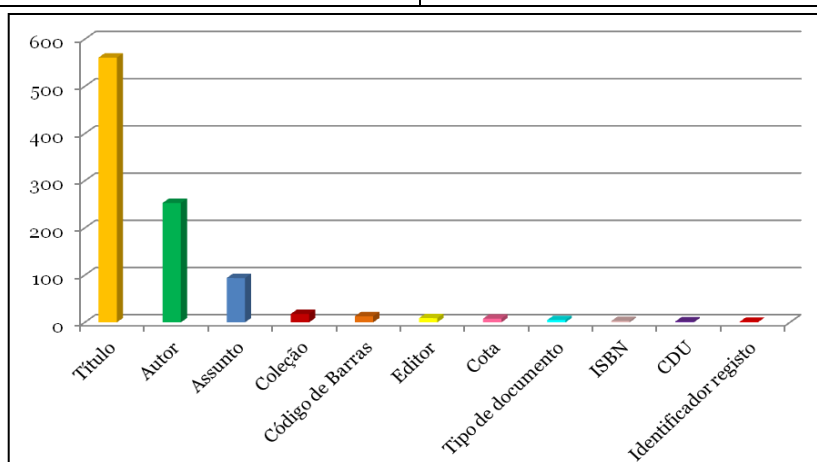
As estatísticas que serão apresentadas de seguida foram disponibilizadas pelo responsável da BMCCB. Inicialmente serão apresentados dados numéricos em tabelas segundo a ordem de pesquisa e depois sob a forma de um gráfico. Após a análise das estatísticas pode concluir-se que o acesso ao catálogo é notório, contudo, depois de realizada a observação na BMCCB pode deduzir-se que este mesmo acesso é feito fora da biblioteca uma vez que no decorrer da observação direta o número de utilizadores nos computadores da BMCCB era pouco significativo.

No mês de janeiro, a pesquisa por título destaca-se a mais do dobro da pesquisa por autor. Segue-se a pesquisa por assunto.

A pesquisa por CDU encontra-se em penúltimo lugar (apenas 2 pesquisas) (ver Tabela 6).

**Tabela 6 - Total de pesquisas por índice referentes ao mês de janeiro de 2014 na BMCCB**

<b>janeiro de 2014</b>	
<b>Pesquisa por:</b>	<b>Total</b>
Título	561
Autor	253
Assunto	94
Título de coleção	18
Código de Barras	13
Editor	9
Cota	8
Tipo de documento	5
ISBN	3
<b>CDU</b>	<b>2</b>
Identificador de registo	1

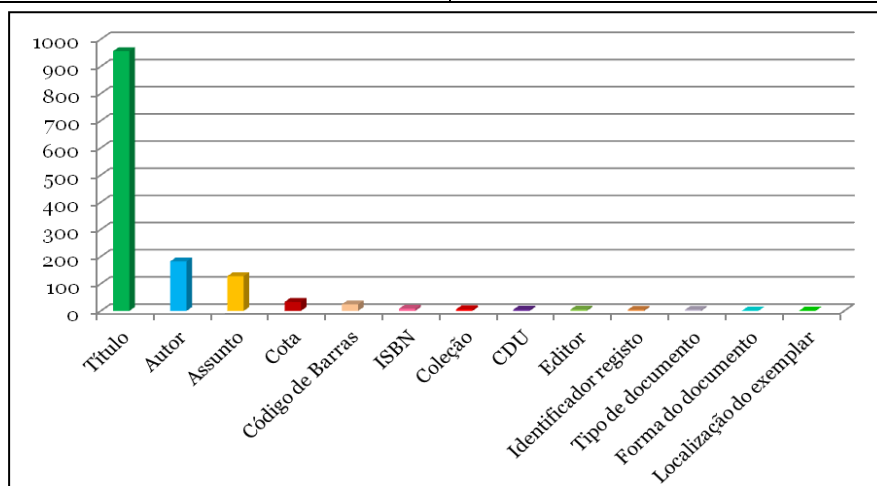


**Gráfico 5 - Pesquisas por índice em janeiro de 2014 na BMCCB**

Também no mês de fevereiro se destaca a pesquisa por título e, neste caso, com uma diferença muito significativa (956 pesquisas) relativamente ao valor seguinte. Segue-se a pesquisa por autor (182 pesquisas) e por assunto (128 pesquisas). A pesquisa por CDU encontra-se em 8º lugar (5 pesquisas) (ver Tabela 7).

**Tabela 7 - Total de pesquisas por índice referentes ao mês de fevereiro de 2014 na BMCCB**

<b>fevereiro de 2014</b>	
<b>Pesquisa por:</b>	<b>Total</b>
Título	956
Autor	182
Assunto	128
Cota	33
Código de Barras	24
ISBN	8
Título de coleção	6
<b>CDU</b>	<b>5</b>
Editor	5
Identificador registo	4
Tipo de documento	4
Forma do documento	1
Localização do exemplar	1



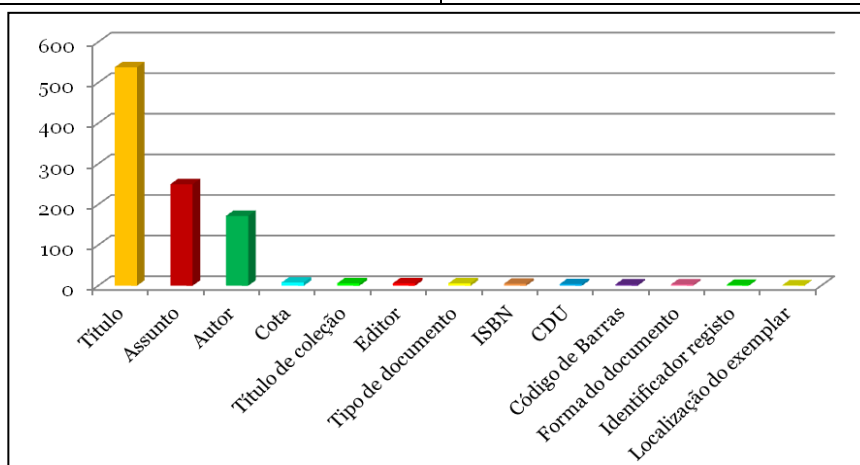
**Gráfico 6 - Pesquisas por índice em fevereiro de 2014 na BMCCB**

No mês de março destaca-se mais uma vez a pesquisa por título com 538 pesquisas. A pesquisa por assunto assumiu neste mês o segundo lugar quando no mês de janeiro e

fevereiro ocupava o terceiro lugar. A pesquisa por CDU encontra-se em 9º lugar (4 pesquisas) (ver Tabela 8).

**Tabela 8 - Total de pesquisas por índice referentes ao mês de março de 2014 na BMCCB**

<b>março de 2014</b>	
<b>Pesquisa por:</b>	<b>Total</b>
Título	538
Assunto	250
Autor	172
Cota	8
Título de coleção	6
Editor	6
Tipo de documento	6
ISBN	5
<b>CDU</b>	<b>4</b>
Código de Barras	3
Forma do documento	3
Identificador registo	2
Localização do exemplar	1

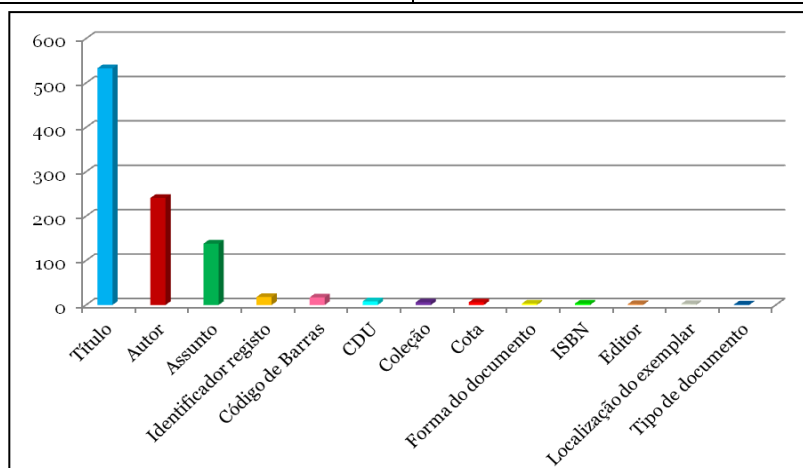


**Gráfico 7 - Pesquisas por índice em março de 2014 na BMCCB**

Finalmente, no mês de Abril, a pesquisa por título destaca-se de novo com 533 pesquisas. Segue-se a pesquisa por autor e por título. A pesquisa por CDU encontra-se em 6º lugar (8 pesquisas) (ver Tabela 9).

**Tabela 9 - Total de pesquisas por índice referentes ao mês de abril de 2014 na BMCCB**

abril de 2014	
Pesquisa por:	Total
Título	533
Autor	241
Assunto	138
Identificador registo	18
Código de Barras	17
<b>CDU</b>	<b>8</b>
Título de coleção	6
Cota	6
Forma do documento	3
ISBN	3
Editor	2
Localização do exemplar	2
Tipo de documento	1



**Gráfico 8 - Pesquisas por índice em abril de 2014 na BMCCB**

## **5. Análise e interpretação dos resultados**

Os resultados obtidos através da observação direta participante, das estatísticas de pesquisa nos catálogos da BMCCB e da BCFLUP e das entrevistas realizadas aos responsáveis das bibliotecas demonstram que o utilizador não faz uso da CDU nas suas pesquisas. A tabela da CDU está disponível à entrada das salas de leitura na BCFLUP mas passa despercebida pelos utilizadores uma vez que está colocada num local com pouca visibilidade. Assim, o utilizador acaba por não ter acesso à tabela e não sabe as notações. Só os profissionais da informação utilizam a tabela na classificação dos documentos. Na BMCCB não foi possível identificar a localização da tabela.

As pesquisas por índice de título e de autor são as mais utilizadas e isto pode estar relacionado com o facto de serem as que aparecem por omissão na interface do catálogo. Logo de seguida aparece a pesquisa por índice de assuntos. Apesar de ambos os catálogos serem de fácil utilização, há pesquisas que o utilizador não realiza, sendo uma delas a pesquisa por CDU. Muitos dos utilizadores mostraram que nem sequer conheciam a CDU ou nunca tinham ouvido falar nela. Isto demonstra que a CDU tem importância para os profissionais da informação realizarem a indexação e pouca importância para o utilizador recuperar informação. É portanto um instrumento de trabalho que se usa internamente, nos serviços pelos funcionários e não pelo utilizador. Por vezes, é utilizada pelos profissionais para a pesquisa de recursos para os utilizadores, não se podendo portanto afirmar que os resultados apresentados anteriormente das pesquisas realizadas por CDU sejam consequência de pesquisas realizadas pelos utilizadores uma vez que no decurso das entrevistas realizadas a ambos os responsáveis das bibliotecas foi evidenciado que muitas das pesquisas por CDU que são realizadas no catálogo são feitas pelos profissionais das bibliotecas.

O investimento técnico, humano e financeiro que é feito pelas bibliotecas portuguesas para a adoção da CDU não tem o correspondente benefício nos resultados da recuperação da informação porque a pesquisa por CDU nunca é utilizada. A CDU é usada internamente nas bibliotecas portuguesas pelos serviços técnicos quando realizam a indexação de um documento.

À semelhança do estudo realizado por Bezerra em 2006, em que é feito um estudo comparativo entre a representação temática nos sistemas de informação, também os resultados obtidos nesta investigação demonstraram que o utilizador não compreende a representação temática utilizada nas bibliotecas. O estudo de Bezerra (2006) foi baseado no

pressuposto de que existiam muitas dificuldades encontradas pelos utilizadores de bibliotecas em relação à compreensão do sistema de representação do conhecimento, adotado nos sistemas de recuperação da informação.

Segundo Bezerra (2006) a análise foi feita de forma comparativa, onde se conseguiu verificar que os utilizadores de diferentes bibliotecas manifestavam as mesmas dificuldades.

Os problemas que poderão estar associados ao uso da CDU como linguagem de recuperação da informação são a falta de domínio do utilizador da tabela principal. Outro dos problemas é a falta de divulgação da sua existência, a falta de conhecimento que pode ser utilizada como instrumento de pesquisa e a falta de formação para a sua utilização. O índice alfabético da CDU não está disponível no catálogo nem nas salas de leitura da BMCCB e da BCFLUP. O utilizador não conhece nem tem acesso ao índice alfabético. O índice alfabético assume uma grande importância para o utilizador. Por exemplo, um utilizador que pretenda obras de Arqueologia e que não conheça a notação deveria ter a possibilidade de procurar no índice alfabético o termo “arqueologia” e ser remetido para a notação 930.26. Não existindo este índice no catálogo, o utilizador não sabe como pesquisar por CDU porque não conhece as notações.

Nas entrevistas realizadas foi mencionado que pelo facto de ser uma linguagem universal pode apresentar vantagens no tratamento de obras internacionais e na pesquisa por parte de utilizadores que não dominem determinada língua. Mas para comprovar este facto, seria preciso demonstrar que os utilizadores conhecem as notações da CDU.

Verificaram-se inúmeras dificuldades encontradas pelos utilizadores das bibliotecas em relação à compreensão do sistema de representação do conhecimento, adotado nos sistemas de recuperação da informação. Esta análise é resultado da observação dos comportamentos manifestados pelos utilizadores na pesquisa de informação no catálogo. Houve assim a possibilidade de verificar que os utilizadores das duas bibliotecas manifestavam as mesmas dificuldades e faziam as pesquisas da mesma forma, ou seja, através do índice que é apresentado por omissão no catálogo.

Alguns utilizadores mencionaram ainda que preferiam realizar as pesquisas na Internet, em bases de dados e em artigos de periódicos não tendo por isso grande necessidade de utilizar o catálogo para recuperar informação. Questionados sobre o porquê de não utilizarem o catálogo diziam nunca encontrar documentos relevantes para as pesquisas. Este facto pode estar relacionado com o desconhecimento de formas de pesquisa para recuperarem informação.

A eficácia das bibliotecas depende de ações voltadas para o esclarecimento aos utentes, onde possam manifestar as dificuldades encontradas para recuperarem a informação. As formações utilizadas nas bibliotecas não capacitam os utilizadores quanto ao uso dos serviços. Faltam informações que os façam compreender a lógica utilizada nas bibliotecas, no processo de representação do conhecimento. O utilizador tem de perceber que os números que compõem as cotas dos livros representam o assunto da obra e que os livros estão dispostos nas estantes respeitando duas lógicas crescentes: uma de números, do menos extenso para o mais extenso e a outra que é a ordem alfabética do nome e do autor. Estes detalhes fazem toda a diferença quando se tenta recuperar um livro e o conhecimento desta lógica facilita o processo de localização do livro na estante.

Na BCFLUP não foram encontradas tantas dificuldades para realizar a observação como na BMCCB uma vez que os computadores tinham sempre alunos e as pessoas abordadas apresentavam receptividade em participar no estudo. O comportamento dos utilizadores da BCFLUP pode dever-se ao facto de utilizarem o catálogo com maior frequência e não terem tantas dificuldades em demonstrarem como realizam as suas pesquisas. Os computadores da BMCCB quase não tinham utilizadores, daí o número com menor expressividade. Isto pode dever-se à heterogeneidade de utilizadores e ao facto de, na maior parte dos dias em que se realizou o estudo, haver um grande número de utilizadores já com alguma idade. É importante referir que, tanto na BCFLUP como na BMCCB, o estudo foi realizado no mesmo período, sendo que nos cinco dias em que o estudo foi realizado da parte da manhã na BCFLUP, foi igualmente realizado da parte da tarde na BMCCB. Na semana a seguir o procedimento foi o inverso, ou seja, durante a manhã na BMCCB e durante a tarde na BCFLUP.

É ainda notório que o catálogo da BCFLUP é mais utilizado que o catálogo da BMCCB. Este facto pode dever-se à insistência dos docentes com os estudantes para eles fazerem pesquisas no catálogo da BCFLUP. Por exemplo, alguns utilizadores da BMCCB não sabiam sequer da existência de um catálogo *online* na biblioteca. Muitos dos utilizadores fazem o uso dos computadores para irem à Internet e não para realizarem pesquisas no catálogo. Apenas os mais jovens tinham conhecimento do catálogo e mostraram como faziam as suas pesquisas.

Durante a observação na BCFLUP os computadores tinham mais utilizadores e foi mais fácil realizar esta tarefa. Não foi encontrada nenhuma dificuldade na observação e a maior parte dos utilizadores demonstrou grande receptividade em participar na investigação. De evidenciar ainda o movimento significativo na biblioteca, tanto nas salas de estudo, como nas mesas distribuídas pelos pisos da biblioteca. Contudo, como já foi mencionado

anteriormente apenas se estudaram os comportamentos dos alunos que se deslocavam aos computadores para efetuarem pesquisas.

Retomando a questão de partida **“Será que o investimento técnico, humano e financeiro que é feito pelas bibliotecas portuguesas para a adoção da CDU tem o correspondente benefício nos resultados da recuperação da informação e na satisfação dos utilizadores?”** é importante expor algumas reflexões que foram suscitadas ao longo desta investigação.

Os utilizadores das bibliotecas não conseguem compreender a simbologia utilizada na representação dos documentos. Existe, inclusive, por parte dos utilizadores, a dificuldade em perceber que a organização das estantes segue uma divisão por assuntos. A falta de compreensão da representação utilizada demonstrou que não tinham conhecimento da CDU.

A inexistência de programas de formação de utilizadores, direcionados para a compreensão da representação utilizada faz com que os utilizadores estejam dependentes do bibliotecário para os auxiliarem nas pesquisas.

Na BMCCB verificou-se que muitos dos utilizadores iam diretamente à estante por já saberem onde estava o documento, ou seja, uma acomodação em relação à utilização dos recursos da biblioteca. Isto leva-nos a concluir que o utilizador já sabe onde está o documento ou onde está a estante da sua área de interesse, mas não compreende a organização da informação.

As bibliotecas, enquanto organizações que executam serviços aos seus utilizadores, devem preocupar-se com a sua satisfação. É imperativa a quebra das estruturas fixas, baseadas em rígidos e seculares sistemas internacionais de organização e padronização e devem preocupar-se em criar um sistema que atenda às necessidades informacionais do utilizador.

Esta análise e interpretação de resultados vai de encontro ao estudo realizado em 2006 por Bezerra em que demonstrou que os utilizadores das bibliotecas não conseguiam compreender a simbologia utilizada na representação dos documentos. O trabalho de Bezerra apresenta um estudo comparativo entre bibliotecas e supermercados onde descreveu o comportamento do utilizador de bibliotecas diante da representação temática como ferramenta de recuperação da informação. Os utilizadores manifestaram dificuldade de compreensão da simbologia utilizada nas bibliotecas no processo de representação do conhecimento. Depois de recolhidos os dados e interpretados podemos concluir que os utilizadores continuam a apresentar as mesmas dificuldades e a não fazer uso da representação utilizada nas bibliotecas.

## **Conclusões e perspectivas de desenvolvimento**

Procurando apresentar algumas reflexões conclusivas desta investigação, é importante ter a pergunta de partida presente para que se possam tecer comentários pertinentes. Assim sendo, pode constatar-se que existe por parte dos utilizadores tanto da BMCCB como da BCFLUP o desconhecimento da CDU. Existe inclusive uma grande dificuldade de compreensão do sistema de representação adotado pelas duas bibliotecas. Os resultados recolhidos tanto através da observação direta participante como das estatísticas de pesquisa do Aleph e do GIB corresponderam ao que se esperava. As pesquisas por CDU são quase inexistentes e no decurso da observação apenas dois utilizadores disseram já a ter utilizado em pesquisas no catálogo.

A inexistência de ações de esclarecimento para todos os utilizadores saberem como utilizar os catálogos pode ser um dos motivos ou razões que contribuem para que a CDU não seja utilizada como deveria ser. Muitos dos utilizadores não sabem sequer que a CDU é uma linguagem classificatória codificada que descreve sinteticamente o conteúdo de um documento e que cada notação numérica corresponde a um dado conceito. A tabela da CDU está disponível na entrada da BCFLUP mas num local com pouca visibilidade. O utilizador não tem disponível o índice alfabético nem conhece as notações. Na BMCCB também não se conseguiu localizar o índice alfabético da CDU.

Uma solução para este problema poderá estar na realização de um programa intensivo de formação de utilizadores, direcionado para a compreensão da estrutura organizacional da biblioteca, no que diz respeito à representação utilizada. Muitos utilizadores não são independentes na pesquisa de informação e acomodam-se em relação à utilização dos recursos da biblioteca. Isto é, a maior parte dos utilizadores sabe a localização do livro na estante ou sabe onde se localiza a sua área de interesse. Muitas das vezes deslocam-se à estante de determinada área e procuram documentos que possam interessar sem alargarem as suas pesquisas a outras áreas que poderão incluir o assunto que procuram.

Há um longo caminho a percorrer no que concerne à representação do conhecimento. Há um grande investimento na adoção da CDU que não tem o correspondente benefício nos resultados da recuperação da informação. O profissional da informação investe tempo para realizar a classificação de um documento mas o utilizador não sabe utilizar a CDU. A CDU é muito mais utilizada internamente pelo profissional do que pelo utilizador. Porque se faz então este investimento? Se este é o esquema de classificação mais importante do mundo para todos os campos do conhecimento por que é que não é utilizado pelo utilizador?

É evidente a sua disposição hierárquica e a sua adequação para a organização física das coleções mas não se evidencia como sendo um excelente instrumento de navegação e pesquisa porque a maior parte dos utilizadores demonstra não a conhecer.

A CDU apresenta vantagens uma vez que esta é utilizada em serviços bibliográficos, centros de documentação e bibliotecas de todo o mundo. Na BCFLUP, por exemplo, foi um elemento-chave para tratar uma coleção de obras chinesas. Pode por isso ser essencial nas pesquisas de utilizadores que não dominem determinada língua.

As bibliotecas devem, por isso, ser organizadas seguindo padrões que reflitam as necessidades dos utilizadores a quem prestam serviços. De que serve um sistema de representação da informação se na prática não facilita o acesso e não é funcional do ponto de vista do utilizador?

Esta investigação deve servir de reflexão para a procura de soluções mais eficazes para a representação da informação nas bibliotecas e para ter presente o desperdício técnico, humano e financeiro que é feito pelas bibliotecas portuguesas na adoção da CDU, que não apresenta qualquer benefício nos resultados da recuperação da informação e na satisfação dos utilizadores.

Apesar destes padrões terem sido elaborados para facilitar a organização e o acesso à informação dificultam muitas das vezes o acesso à informação. Os profissionais da informação devem assumir uma nova postura ao representarem e traduzirem o conhecimento elaborando uma forma mais acessível de se aceder ao conhecimento.

Como afirma Ribeiro (2013), as bibliotecas aplicam a classificação com o objetivo de organizarem/arrumarem, privilegiando a sistematização física dos documentos, com vista à implementação do livre acesso, evitando o recurso ao catálogo como instrumento de mediação entre o utilizador e a informação. Segundo Ribeiro (2013) as bibliotecas usam a classificação para organizar/arrumar os documentos em função do seu conteúdo informacional e é uma “ferramenta” essencial para a organização do conhecimento. A organização dos acervos em livre acesso é a razão primordial para o uso das grandes classificações universais como a CDD ou a CDU, apesar da desatualização que estes esquemas classificativos mostram.

## Referências bibliográficas

ALBARELLO, Luc [et al.] – **Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais**. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa : Gradiva, 1997. ISBN 972-662-554-8.

AZEVEDO, Ana Maria – **Introdução às técnicas de documentação e investigação**. Lisboa : Plátano, 1980.

AZEVEDO, Carla – **Globalização, informação e Classificação Decimal Universal**. [S.l. : s.n.], s.d. [Consult. 28 Out. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/590/2/57-61FCHS2006-7.pdf>>

BEZERRA, Fabíola Maria Pereira – **A Representação temática nos sistemas de informação: um estudo comparativo entre biblioteca e supermercado**. Porto : Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2006. Dissertação de Mestrado.

BIBLIOTECA MUNICIPAL CAMILO CASTELO BRANCO – **Biblioteca: história**. Vila Nova de Famalicão : Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, 2008. [Consult. 5 Mar. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.bibliotecacamilocastelobranco.org/?co=12&tp=4&cop=37&LG=0&mop=40&it=page>>

BIBLIOTECA MUNICIPAL CAMILO CASTELO BRANCO – **Biblioteca: objetivos**. Vila Nova de Famalicão : Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, 2008. [Consult. 5 Mar. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.bibliotecacamilocastelobranco.org/?co=11&tp=4&cop=37&LG=0&mop=39&it=page>>

BOAVENTURA, Edivaldo M. – **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese**. São Paulo : Editora Atlas, 2004. ISBN 85-224-3697-5.

BROUGHTON, Vanda – Concepts and Terms in the Faceted Classification: the Case of UDC. **Knowledge Organization**. Würzburg. Vol. 37, n.º4 (2010), p. 270-279.

BROUGHTON, Vanda – **Essential classification**. London : Facet Publishing, 2004. ISBN 1-85604-514-5.

BUCHANAN, Brian – **Theory of library classification**. 1.<sup>a</sup> ed. London : Clive Bingley, 1979. ISBN 0-85157-270-7.

CARMO, M. de Lurdes Akola da Cunha Meira – **O Índice alfabético de assuntos do Catálogo C. D. U. da Biblioteca Nacional de Lisboa (B. N. L.)**. Coimbra: Coimbra

Editora, 1978.

COSTA, Joaquim – **Biblioteconomia**. Porto : Livraria Tavares Martins, 1943.

CURRÁS, Emilia – **Ontologías, taxonomía y tesauros: manual de construcción y uso**. Gijón : Ediciones Trea, 2005. ISBN 84-9704-157-7.

DÍEZ CARRERA, Carmen – **Técnicas y regimen de uso de la CDU**. 1.<sup>a</sup> ed. Gijón : Ediciones Trea, 1999. ISBN 84-95178-27-3.

FURNER, Jonathan – Dewey Deracialized: a Critical Race-Theoretic Perspective. **Knowledge Organization**. Würzburg. Vol. 34, n.º 3 (2007), p. 144-168.

**Gib: gestão integrada de bibliotecas**. [S.l.] : Libware. 2014. [Consult. 5 Mar. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.libware.pt/Portals/o/GiB%20-%20Panfleto%202011.pdf>>

GIL URDICIAIN, Blanca – **Manual de lenguajes documentales**. 2.<sup>a</sup> ed. Gijón : Ediciones Trea, 2004. ISBN 84-9704-138-0.

HEUVEL, Charles van den – Multidimensional Classifications: Past and Future Conceptualizations and Visualizations. **Knowledge Organization**. Würzburg. Vol. 39, n.º 6 (2012), p. 446-460.

HJØRLAND, Birger – What is Knowledge Organization (KO)?. **Knowledge Organization**. Würzburg. Vol. 35, n.º2/3 (2008), p. 86-101.

LANGRIDGE, Derek – **Classificação: abordagem para estudantes de Biblioteconomia**. Rio de Janeiro : Livraria Interciência, 1977.

LENTINO, Noémia – **Guia Teórico, prático e comparado dos principais sistemas de Classificação Bibliográfica**. São Paulo : Editora Polígono, 1971.

MAZZOCCHI, Fluvio, [et al.] – Relational Semantics in Thesauri: some remarks at Theoretical and Practical Levels. **Knowledge Organization**. Würzburg. Vol. 34, n.º 4 (2007), p. 197-214.

MELRO, Maria do Céu – **A Classificação Decimal Universal (CDU): uma prática na biblioteca da UFP**. [S.l. : s.n.], s.d. [Consult. 28 Out. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/594/1/101-109FCHS2006-11.pdf>>

MORENO FERNÁNDEZ, Luis Miguel; BORGOÑÓS MARTÍNEZ, María Dolores – **Teoría y práctica de la Classificación Decimal Universal (CDU)**. Gijón : Ediciones Trea, 2002. ISBN 84-9704-051-1.

PEIXOTO, Jorge – Catalogação. In **Técnica bibliográfica: subsídio para a Bibliografia Portuguesa**. Coimbra : Atlântida, 1962. vol. 2.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional – **CDU: Classificação Decimal Universal: tabela de autoridade**. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2005. ISBN 972-565-353-5.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional – **Classificação Decimal Universal (CDU)**. Lisboa : Biblioteca Nacional, s.d. [Consult. 27 Mar. 2014]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=485:cdu&catid=78:normalizacao&Itemid=532&lang=pt](http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=485:cdu&catid=78:normalizacao&Itemid=532&lang=pt)>

QUIVY, Raymond; Campenhoudt, LucVan – **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 4.<sup>a</sup> ed. Lisboa : Gradiva, 2005. ISBN 972-662-275-1.

REBELO, Ana Maria de Sousa – **Informatização de uma biblioteca**. Porto : Universidade Fernando Pessoa, 2003. [Consult. 5 Mar. 2014]. Disponível em WWW: <URL: [http://cerem.ufp.pt/~nribeiro/aulas/tid/TID\\_ana\\_rebelo.pdf](http://cerem.ufp.pt/~nribeiro/aulas/tid/TID_ana_rebelo.pdf)>

RIBEIRO, Fernanda - **O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação**. In Congresso ISKO Espanha e Portugal, 1, Porto, 2013 - Congreso Isko-España, 11, Porto, 2013 - Informação e/ou conhecimento : as duas faces de Jano : atas. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. CETAC.MEDIA, 2013, p. 528-539.

RIBEIRO, Fernanda – Organização e uso da informação: conhecer bem para bem representar. **Revista Íris** [Em linha]. Vol. 1, n.º1 (2012):. [Consult. 28 Out. 2013]. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/66267/2/fernandaribeiroorganizacao000191125.pdf>

RIBEIRO, Fernanda – Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso?. **Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património** [Em linha]. Vol. 4, n.º1 (2005). [Consult. 28 Out. 2013]. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9019/2/4937.pdf>

SANTOS, Maria Luísa F. N. – **Organização do conhecimento e representação de assuntos: caminhos para uma efectiva recuperação da informação em ambientes de rede**. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2007. ISBN 978-972-565-412-5.

SIMÕES, Maria da Graça – **Classificação Decimal Universal: fundamentos e procedimentos**. Coimbra : Almedina, 2008. ISBN 978-972-40-3570-3.

SIMÕES, Maria da Graça – **Classificações bibliográficas: percurso de uma**

**teoria.** Coimbra : Almedina, 2011. ISBN 978-972-40-4608-2.

SIMÕES, Maria da Graça Melo – **A representação de Etnia e a sua evolução na Classificação Decimal Universal.** Salamanca : Universidade de Salamanca, 2010. Tese de Doutoramento.

SIMÕES, Maria da Graça Melo; MIGUÉIS, Ana Maria Eva – **A Arrumação nas bibliotecas públicas: classificação versus “centros de interesse”.** Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. [Consult. 5 Mar. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13997/1/Arruma%C3%A7%C3%A3o%20bibliotecas%20p%C3%BAblicas.pdf>>

SOUSA, Sebastião – **CDU: como entender e utilizar a 2ª edição-padrão internacional em Língua Portuguesa.** 2.ª ed. Brasília : Thesaurus, 2010.

UDC CONSORTIUM – **About Universal Decimal Classification (UDC).** [S.l.: s.n.], [20--?]. [Consult. 14 Nov. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.udcc.org/index.php/site/page?view=about>>

UNIVERSIDADE DO PORTO. Faculdade de Letras – **Biblioteca central: apresentação.** Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014. [Consult. 5 Mar. 2014]. Disponível em WWW: <URL: [http://sdi.letras.up.pt/default.aspx?pg=biblioteca\\_central.ascx&m=8](http://sdi.letras.up.pt/default.aspx?pg=biblioteca_central.ascx&m=8)>

VICKERY, B. C. – **Classification and indexing.** 3rd ed. London : Butterworths, 1975. ISBN 0408706627.

## **Anexos**

## Anexo 1 – Guião das entrevistas



### Guião da entrevista

Devido ao facto de inúmeras bibliotecas portuguesas afetarem muito do tempo e do esforço dos seus técnicos à indexação por assuntos com recurso à Classificação Decimal Universal (CDU) torna-se importante avaliar o uso que é feito da CDU na Biblioteca com vista à recuperação da informação por assuntos. Assim sendo, as seguintes questões são fulcrais para o desenvolvimento desta investigação. Vamos então dar início à entrevista:

1. De quantos técnicos dispõe a Biblioteca?
2. Todos eles são responsáveis pelo tratamento técnico-documental ou cada um tem funções específicas?
3. Fazem indexação por assuntos? Que linguagem usam?
4. Sabe dizer-me se há técnicos dedicados à indexação?
5. Como avalia o uso que é feito da CDU nesta biblioteca? Considera-a importante para o utilizador? Pensa que este a conhece? E as suas potencialidades para a recuperação da informação?
6. Se na sua opinião o utilizador não usa a CDU porque a aplicam? Considera importante dar formação neste sentido?
7. Pode mencionar o investimento que foi feito na aplicação da CDU? Considera que o investimento que foi feito na sua aplicação tem uma justificação real e efetiva?
8. A CDU é importante para a pesquisa de informação na Biblioteca ou, por outro lado, considera que o papel do bibliotecário é muito mais importante para responder às necessidades informacionais dos utilizadores?

9. Considera que a CDU tem o correspondente benefício nos resultados da recuperação da informação e na satisfação dos utilizadores?

Grata pela atenção,

Ana da Silva

## Anexo 2 – Observação direta participante na BCFLUP

BCFLUP		
07-Abr-14		
	Sim	Não
Conhece a CDU?	5	8
Usa a CDU?		13
Como realiza as pesquisas?	Autor/Título	Assunto
	9	4

08-Abr-14		
	Sim	Não
Conhece a CDU?		8
Usa a CDU?		8
Como realiza as pesquisas?	Autor/Título	Assunto
	8	

09-Abr-14		
	Sim	Não
Conhece a CDU?	2	7

Usa a CDU?		9
Como realiza as pesquisas?	Autor/Título	Assunto
	7	2

10-Abr-14		
	Sim	Não
Conhece a CDU?		8
Usa a CDU?		8
Como realiza as pesquisas?	Autor/Título	Assunto
	8	

11-Abr-14		
	Sim	Não
Conhece a CDU?	1	8
Usa a CDU?		9
Como realiza as pesquisas?	Autor/Título	Assunto
	9	

22-Abr-14		
	Sim	Não
Conhece a CDU?	2	5
Usa a CDU?		7
Como realiza as pesquisas?	Autor/Título	Assunto
	6	1

23-Abr-14		
	Sim	Não
Conhece a CDU?	5	5
Usa a CDU?	2	8
Como realiza as pesquisas?	Autor/Título	Assunto
	7	2

24-Abr-14		
	Sim	Não
Conhece a CDU?	1	12
Usa a CDU?		13

Como realiza as pesquisas?	Autor/Título	Assunto	ISBN
	8	4	1

### Anexo 3 – Observação direta participante na BMCCB

BMCCB		
07-Abr-14		
	Sim	Não
Conhece a CDU?		10
Usa a CDU?		10
Como realiza as pesquisas?	Autor/Título	Assunto
	10	

08-Abr-14		
	Sim	Não
Conhece a CDU?		7
Usa a CDU?		7
Como realiza as pesquisas?	Autor/Título	Assunto
	7	

09-Abr-14		
	Sim	Não
Conhece a CDU?		9

Usa a CDU?		9
Como realiza as pesquisas?	Autor/Título	Assunto
	9	

10-Abr-14		
	Sim	Não
Conhece a CDU?		6
Usa a CDU?		6
Como realiza as pesquisas?	Autor/Título	Assunto
	6	

11-Abr-14		
	Sim	Não
Conhece a CDU?		4
Usa a CDU?		4
Como realiza as pesquisas?	Autor/Título	Assunto
	4	

28-Abr-14		
	Sim	Não
Conhece a CDU?		7
Usa a CDU?		7
Como realiza as pesquisas?	Autor/Título	Assunto
	7	

29-Abr-14		
	Sim	Não
Conhece a CDU?		6
Usa a CDU?		6
Como realiza as pesquisas?	Autor/Título	Assunto
	6	

30-Abr-14		
	Sim	Não
Conhece a CDU?		5
Usa a CDU?		5

Como realiza as pesquisas?	Autor/Título	Assunto
	5	

